

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTA E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, as partes:

(a) **INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta sob a categoria “A” perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP 20031-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 03.758.318/0001-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Invepar”);

(b) **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, CEP 20.050-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada nos termos de seu contrato social, que comparece na qualidade de agente fiduciário da Terceira Emissão (conforme abaixo definida), representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Terceira Emissão (conforme abaixo definidos) (“Agente Fiduciário da Terceira Emissão”);

e, também como partes ingressantes,

(c) **MUBADALA CAPITAL IAV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISSETORIAL**, um fundo de investimento em participações devidamente organizado e existente sob as leis do Brasil, registrado no CNPJ/MF sob o nº 25.167.377/0001-60, administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, registrado no CNPJ/MF sob o nº 23.025.053/0001-62, neste ato representada de acordo com seu contrato social (“FIP”), na qualidade de parte do Contrato de Troca de Risco (conforme abaixo definido) e, ainda, observada a condição prevista no item (iii) da Cláusula 1.5.1 do Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária, na qualidade de parte do Contrato de Compra e Venda de Debêntures (conforme abaixo definido);

(d) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de agente fiduciário da Quarta Emissão (conforme abaixo definida), representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Quarta Emissão (conforme abaixo definidos) (“Agente Fiduciário da Quarta Emissão”);

e, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes,

(e) **LINHA AMARELA S.A. - LAMSA**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Carlos Lacerda, s/nº, Praça do Pedágio, CEP 20.745-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.974.211/0001-25, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o NIRE nº 3.330.016.238-1, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Lamsa”); e

(f) **LINEA AMARILLA BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado devidamente organizada e existente sob as leis do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso 52, cj. 3001 (parte), registrada no



CNPJ/MF sob o nº 11.395.604/0001-09, neste ato representada de acordo com seu estatuto social (a “LAMBRA”),

sendo a Invepar, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP, o Agente Fiduciário da Quarta Emissão, a Lamsa e a LAMBRA doravante denominados, quando referidos em conjunto, como “Partes”, ou, quando referidos individual e indistintamente, como “Parte”;

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar este “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças” (“Segundo Aditamento”), conforme as seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERANDO QUE:

- (i) em 15 de outubro de 2015, a Invepar e o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures da Terceira Emissão, celebraram o “*Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime Misto de Colocação, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR*”, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”), em 22 de outubro de 2015, sob o nº ED33000648-6/000 (“Escritura da Terceira Emissão”), o qual rege os termos e condições da terceira emissão de debêntures da Emissora (“Terceira Emissão” e “Debêntures da Terceira Emissão”, respectivamente);
- (ii) em 6 de novembro de 2015, a Invepar e o Agente Fiduciário da Terceira Emissão celebraram o “*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime Misto de Colocação, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR*”, de forma a refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme termo definido na Escritura da Terceira Emissão), o qual definiu os Juros Remuneratórios (conforme termo definido na Escritura da Terceira Emissão);
- (iii) em 20 de dezembro de 2016, a Invepar e o Agente Fiduciário da Terceira Emissão celebraram o “*Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime Misto de Colocação, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR*”, de forma a alterar as Cláusulas relacionadas ao Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme termo definido na Escritura da Terceira Emissão) da Escritura da Terceira Emissão;
- (iv) em 15 de agosto de 2017, a Invepar e o Agente Fiduciário da Terceira Emissão celebraram o “*Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime Misto de Colocação, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR*”, de forma a alterar, dentre outras, as Cláusulas relacionadas às Garantias Reais, ao Resgate Antecipado Facultativo, à Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado e à Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial da Escritura da Terceira Emissão (conforme termos definidos na Escritura da Terceira Emissão);



- (v) a Invepar, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão e a LAMSA celebraram, em 15 de outubro de 2015, o “*Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças*” (“Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária”), o qual foi devidamente registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro sob o nº 1330883;
- (vi) a Invepar, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, a LAMSA e a LAMBRA celebraram, em 15 de agosto de 2017, o “*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças*” (“Primeiro Aditamento ao Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária”), o qual foi devidamente registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro sob o nº 1354942;
- (vii) a Invepar, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão e o Banco Bradesco S.A. celebraram, em 15 de outubro de 2015, o “*Contrato de Prestação de Serviços de Depositário*” (“Contrato de Banco Depositário”);
- (viii) a Invepar, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o Agente Fiduciário da Quarta Emissão, o FIP e o Banco Bradesco S.A. irão celebrar o “*Primeiro Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Depositário*” (“Primeiro Aditamento ao Contrato de Banco Depositário”);
- (ix) a Emissora irá realizar a sua 4ª (quarta) emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única (“Debêntures da Quarta Emissão” e “Quarta Emissão”, respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos, nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR*”, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da Quarta Emissão em 1º de dezembro de 2017 (“Escritura da Quarta Emissão” e, em conjunto com a Escritura da Terceira Emissão, as “Escrituras de Emissão”);
- (x) o FIP (i) enviou ao coordenador líder da Quarta Emissão ordens de compra de [•] ([•]) Debêntures da Quarta Emissão; (ii) aceitou proposta que a Invepar enviou a todos os potenciais titulares das Debêntures da Quarta Emissão; e (iii) celebrou, com a Invepar, o “*Contrato de Troca de Risco*” (“Contrato de Troca de Risco”);
- (xi) a LAMBRA, detentora de 15.690 (quinze mil, seiscentas e noventa) Debêntures da Terceira Emissão na data de celebração do presente contrato, celebrou com o FIP e a Emissora contrato de compra e venda das Debêntures da Terceira Emissão, com opção de revenda, por meio do qual a LAMBRA pretende transferir as Debêntures da Terceira Emissão emitidas pela Invepar ao FIP (“Contrato de Compra e Venda de Debêntures”);
- (xii) por meio da Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Emissão, realizada em 28 de novembro de 2017, debenturistas representando 100,00% (cem por cento) das Debêntures da Terceira Emissão em circulação aprovaram, entre outros assuntos (a) a celebração do “*Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime Misto de Colocação, da Investimentos e Participações em*

Infraestrutura S.A. – INVEPAR (“Quarto Aditamento à Escritura da Terceira Emissão”); (b) a celebração do presente Segundo Aditamento; e (c) o Compartilhamento das Garantias (conforme definido abaixo) (“Assembleia Geral de Debenturistas”);

- (xiii) as Partes desejam que determinadas garantias relacionadas às Debêntures da Terceira Emissão passem a garantir também (a) determinadas obrigações da LAMBRA e da Invepar nos termos do Contrato de Compra e Venda de Debêntures; (b) as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Quarta Emissão; e (c) as obrigações decorrentes do Contrato de Troca de Risco;

RESOLVEM as Partes aditar o Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária, por meio deste Segundo Aditamento, observadas as cláusulas, condições e características abaixo.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária e/ou nas Escrituras de Emissão e/ou no Contrato de Troca de Risco, conforme o caso, exceto se de outra forma previsto neste instrumento.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Este Segundo Aditamento é celebrado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

CLÁUSULA II REGISTRO DO SEGUNDO ADITAMENTO

2.1. A Invepar deverá, às suas expensas, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da sua celebração, levar a registro este Segundo Aditamento nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devendo fornecer 1 (uma) via física registrada ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, 1 (uma) via física registrada ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão e 1 (uma) via física registrada ao FIP, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a obtenção dos respectivos registros, além de manter arquivada uma cópia deste Segundo Aditamento.

CLÁUSULA III RETIFICAÇÕES

3.1. Por meio deste Segundo Aditamento, de modo a refletir as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, as Partes resolvem constituir, no âmbito da Terceira Emissão, a cessão fiduciária sobre (A) os valores efetivamente pagos, creditados ou distribuídos à Invepar, ou recebidos pela Invepar, decorrentes das ações das empresas: (i) Linha Amarela S.A. – LAMSA (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.974.211/0001-25); (ii) Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.643.134/0001-19); (iii) Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.531.501/0001-58); (iv) Concessionária Bahia Norte S.A. (Inscrita no CNPJ /MF sob o nº 12.160.715/0001-90); (v) Concessionária Rio Teresópolis S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.938.574/0001-05); (vi) Concessionária Rota do Atlântico S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.799.190/0001-09); (vii) Concessionária ViaRio S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.440.708/0001-30); (viii) Linea Amarilla Brasil Participações S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.395.604/0001-09); (ix) Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.561.610/0001-31) (e indiretamente Concessionária do Aeroporto



Internacional de Guarulhos S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.578.569/0001-06)); (x) Concessionária BR 040 S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.726.048/0001-00); (xi) Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.324.624/0001-18); (xii) Metrobarra S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.339.410/0001-64); e (xiii) Concessionária do VLT Carioca S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.201.378/0001-19) (em conjunto, as “SPEs”), sendo que a cessão fiduciária, incluindo a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, abrangerá todos os frutos, rendimentos, dividendos, lucros, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores efetivamente recebidos pela Invepar ou de qualquer forma efetivamente distribuídos à Invepar, assim como todas as outras quantias pagas em decorrência da titularidade das ações das SPEs; e (B) conta reserva, a qual contará com valores efetivamente pagos, creditados ou distribuídos à Invepar, ou recebidos pela Invepar, decorrentes das ações das SPEs, até o pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo); de forma que o Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária deverá ser lido, a partir da presente data, considerando a inclusão de qualquer termo ou referência às garantias previstas nos itens (A) e (B) acima.

3.2. Por meio deste Segundo Aditamento, de modo a refletir as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas com relação ao compartilhamento, com o FIP e com o Agente Fiduciário da Quarta Emissão, representando os Debenturistas da Quarta Emissão, em garantia às Obrigações Garantidas Contrato (conforme definido abaixo), às Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão (conforme definido abaixo) e às Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco, cessão fiduciária sobre (A) os valores efetivamente pagos, creditados ou distribuídos à Invepar, ou recebidos pela Invepar, decorrentes das ações das SPEs, sendo que a cessão fiduciária, incluindo a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, abrangerá todos os frutos, rendimentos, dividendos, lucros, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores efetivamente recebidos pela Invepar ou de qualquer forma efetivamente distribuídos à Invepar, assim como todas as outras quantias pagas em decorrência da titularidade das ações das SPEs; e (B) conta reserva, a qual contará com valores efetivamente pagos, creditados ou distribuídos à Invepar, ou recebidos pela Invepar, decorrentes das ações das SPEs, até o pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, Obrigações Garantidas Contrato, Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão e Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco, as Partes desejam (i) alterar as Cláusulas 1.1, 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3 e 1.7.1 do Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária, e incluir a Cláusula 1.1.4; e alterar a alínea (t) e incluir a alínea (w) na Cláusula 4.1 do Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária, que passam a vigorar com a seguintes nova redação:

“1.1. A fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações da Invepar, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, perante os Debenturistas da Terceira Emissão no âmbito da Escritura da Terceira Emissão, o que inclui, principalmente, mas não se limita, ao pagamento das Debêntures da Terceira Emissão, abrangendo a sua amortização, Atualização Monetária e Remuneração, conforme definidos na Escritura da Terceira Emissão, bem como todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Invepar, no âmbito da Terceira Emissão, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Terceira Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando a, encargos moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, Escriturador e Banco Liquidante, e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão e/ou pelos Debenturistas da Terceira Emissão em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas da Terceira Emissão decorrentes das



Debêntures da Terceira Emissão e da Escritura da Terceira Emissão, cuja descrição, em cumprimento ao disposto no artigo 1.424 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), encontra-se no Anexo I ao presente Contrato (“Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão”), a Invepar, nos termos (i) dos artigos 1.431 e seguintes, 1.451 e seguintes do Código Civil, (ii) do artigo 39, do artigo 100, inciso I, alínea “f” e do artigo 113 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a partir desta data e até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, empenha em primeiro grau em favor dos Debenturistas da Terceira Emissão, neste ato representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, a totalidade das Ações Lamsa (referidas, em conjunto e, conforme descritas no Anexo II, ao presente Contrato, como “Ações Empenhadas Lamsa” e como um todo o “Penhor de Ações Lamsa”), sendo que o Penhor de Ações Lamsa abrangerá (sendo os itens (a) a (d) abaixo referidos em conjunto como “Bens Empenhados”):

- (a) a totalidade das Ações Empenhadas Lamsa;
- (b) quaisquer bens em que as Ações Empenhadas Lamsa sejam convertidas ou passem a ser representadas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários);
- (c) todas as ações de emissão da Lamsa que porventura, a partir da data de assinatura deste Contrato, sejam atribuídas à Invepar, ou seu eventual sucessor legal, por meio de compra, doação, transferência a qualquer título, subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das Ações Empenhadas Lamsa, distribuição de bonificações, direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Lamsa, bônus de subscrição, conversão de debêntures de emissão da Lamsa e de titularidade da Invepar; e
- (d) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir da celebração deste Contrato, venham a substituir as Ações Empenhadas Lamsa, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Lamsa.

1.1.1 Ainda, a Invepar, nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei 4.728”) e dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, no que for aplicável, cede fiduciariamente, de forma irrevogável e irretratável, (i) em favor dos Debenturistas da Terceira Emissão representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, a fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão; (ii) em favor do FIP, a fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações da LAMBRA e da Invepar, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, no Contrato de Compra e Venda de Debêntures, observada a condição suspensiva prevista no item 1.5.I(iii) abaixo (“Obrigações Garantidas Contrato”); (iii) em favor dos Debenturistas da Quarta Emissão representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, a fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações da Invepar, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, no âmbito da Quarta Emissão (“Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão”); e (iv) em favor do FIP, a fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações da Invepar, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, no âmbito do Contrato de Troca de Risco (“Obrigações Garantidas Contrato de Contrato de Troca de Risco” e, em conjunto com as Obrigações Garantidas



Debêntures da Terceira Emissão, as Obrigações Garantidas Contrato e as Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão, as "Obrigações Garantidas"), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou restrições, observado o disposto no item 1.2.1 abaixo, os valores efetivamente pagos, creditados ou distribuídos à Invepar, ou recebidos pela Invepar, decorrentes das Ações das Concessionárias e das Ações Empenhadas Lamsa ("Cessão Fiduciária" e, em conjunto com os Bens Empenhados, a "Garantia Real"; os Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, em conjunto com o FIP e os Debenturistas da Quarta Emissão, as "Partes Garantidas"), sendo que a Cessão Fiduciária, incluindo a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, abrangerá (a) todos os frutos, rendimentos, dividendos, lucros, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores efetivamente recebidos pela Invepar ou de qualquer forma efetivamente distribuídos à Invepar, assim como todas as outras quantias pagas em decorrência da titularidade das Ações Empenhadas Lamsa e das Ações das Concessionárias ("Rendimentos das Ações"); e (b) os direitos da Invepar contra o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco custodiante (o "Banco Custodiante") com relação à titularidade da conta corrente de titularidade da Invepar mantida junto à agência 2373-6, conta corrente nº 3532-7 do Banco Custodiante ("Conta Vinculada") e a todos e quaisquer recursos depositados, a qualquer tempo, na Conta Vinculada, incluindo eventuais aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com os recursos depositados em e/ou vinculados na Conta Vinculada (os direitos constantes dos itens (a) e (b) serão, doravante, designados como "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente" e quando em conjunto com os Bens Empenhados, esses serão designados como "Bens Objeto da Garantia Real").

1.1.2 Observado o disposto no item 1.1.1 acima, as Partes concordam que qualquer menção à "Garantia Real" ou aos "Bens Objeto da Garantia Real", quando referidos ao FIP, às Obrigações Garantidas Contrato, aos Debenturistas da Quarta Emissão, às Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão e/ou às Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco, deverão ser interpretados restritivamente como "Cessão Fiduciária" e "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente", respectivamente.

1.1.3. Para os fins deste Contrato, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente serão compartilhados entre os Debenturistas da Terceira Emissão, o FIP e os Debenturistas da Quarta Emissão, nos termos do "Contrato entre Credores" a ser celebrado entre o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e o Agente Fiduciário da Quarta Emissão ("Compartilhamento das Garantias").

1.1.4. As Partes reconhecem que (a) a Cessão Fiduciária abrange apenas os valores efetivamente pagos, creditados ou distribuídos à Emissora, ou recebidos pela Emissora, em decorrência das ações das SPEs; dessa forma, não há conflito ou sobreposição entre a Cessão Fiduciária e a alienação fiduciária sobre as ações de emissão da MetrôRio, em garantia das obrigações decorrentes das Debêntures da Quarta Emissão e do Contrato de Troca de Risco, de modo que a Cessão Fiduciária não obsta, impede ou afeta, de qualquer forma, a excussão da alienação fiduciária das ações da MetrôRio; e (b) em caso de excussão da referida alienação fiduciária sobre as ações de emissão da MetrôRio, os valores referidos no item (a) da Cláusula 1.1.1 acima, com relação às ações de emissão da MetrôRio, não estarão sujeitos à Cessão Fiduciária, não sendo necessária qualquer notificação, consentimento, autorização ou qualquer outro ato, seja de que natureza for, dos titulares da Cessão Fiduciária para qualquer ato de excussão de referida alienação fiduciária, de modo que as ações de emissão da MetrôRio possam ser transferidas a



quaisquer terceiros livre de todo e qualquer ônus que possa ser decorrente da Cessão Fiduciária.

(...)

1.7.1. Na hipótese de quaisquer dos Bens Objeto da Garantia Real virem a ser, total ou parcialmente, objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar, ou tornarem-se insuficientes, inábeis, impróprios ou imprestáveis ao fim a que se destinam, a Invepar obriga-se a substituir ou reforçar os Bens Objeto da Garantia Real, de modo a recompor integralmente o valor da garantia ("Reforço de Garantia"), no prazo de 15 (quinze) dias contados da (a) data em que ocorrer a Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Emissão aprovando o bem oferecido como Reforço de Garantia dos Bens Empenhados; e/ou, (b) no caso dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, da data de recebimento de notificação por escrito do FIP neste sentido e, na data em que ocorrer a Assembleia Geral de Debenturistas da Quarta Emissão aprovando o bem oferecido como Reforço de Garantia e na data em que ocorrer Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Emissão aprovando o bem oferecido como Reforço de Garantia, o que ocorrer por último.

1.7.2. O Reforço de Garantia deverá ser implementado por meio de cessão fiduciária e/ou penhor, conforme aplicável, em garantia de outros ativos, de natureza igual ou diversa dos Bens Objeto da Garantia Real, desde que previamente aceitos pelos Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, no caso dos Bens Empenhados e, no caso da Cessão Fiduciária, pelo FIP, Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão e pelos Debenturistas da Quarta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, e formalizado substancialmente na forma deste Contrato, conforme vier a ser definido entre as Partes. No caso de reforço ou substituição da presente garantia, os novos bens e direitos cedidos fiduciariamente e/ou empenhados deverão ser identificados em aditamentos ao presente Contrato, ou contrato específico a ser celebrado entre as mesmas partes signatárias do presente Contrato."

"4.1. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste Contrato, nas Escrituras de Emissão, no Contrato de Compra e Venda de Debêntures, no Contrato de Troca de Risco e no Primeiro Aditamento ao Contrato de Administração de Conta, em caráter irrevogável e irreatável, a Invepar obriga-se e compromete-se, a:

(...)

(t) manter na sede da Invepar ou junto ao respectivo banco escriturador e/ou custodiante, conforme o caso, os livros de registro de ações ou extrato do banco escriturador, conforme o caso, representativos dos Bens Objeto da Garantia Real, das Ações das Concessionárias e/ou das Ações Adicionais das Concessionárias, sendo que uma cópia autenticada dos mesmos deverá ser entregue, em até 10 (dez) dias contados da celebração deste Contrato (ou de eventuais aditamentos), ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, ao FIP e ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão;

(...)

(w) na qualidade de acionista da Lamsa e das Concessionárias, fazer com que os administradores da Lamsa e das Concessionárias realizem toda e qualquer distribuição de dividendos, lucros, bonificações, juros sobre capital próprio e quaisquer outros valores



devidamente aprovados e/ou declarados pelos órgãos societários competentes da Lamsa e das Concessionárias, conforme o caso, no limite do caixa disponível na Lamsa e nas Concessionárias, conforme o caso, observados os termos da legislação aplicável e dos contratos celebrados pela Lamsa e pelas Concessionárias atualmente em vigor, incluindo, mas não se limitando, aos contratos financeiros e aos contratos celebrados com os respectivos poderes concedentes.”

3.3. Em virtude das alterações das Cláusulas 1.1, 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3 do Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária, as Partes desejam incluir no Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária os termos “FIP”, “Contrato de Compra e Venda de Debêntures”, “Debêntures da Quarta Emissão”, “Quarta Emissão” e Contrato de Troca de Risco, dentre outros, (i) em todas as cláusulas aplicáveis ao direito e ao seu respectivo exercício, pelos Debenturistas da Terceira Emissão, pelo FIP e pelos Debenturistas da Quarta Emissão, sobre a Cessão Fiduciária, e (ii) em todas as obrigações e ressalvas aplicáveis, de acordo com as disposições do Contrato de Compra e Venda de Debêntures”, da Escritura da Quarta Emissão, do Contrato de Troca de Risco e com as alterações previstas neste Segundo Aditamento. No mesmo sentido, as Partes desejam incluir o FIP e o Agente Fiduciário da Quarta Emissão como parte no “Anexo III – Modelo de Aditamento” e no “Anexo IV – Notificação” e incluir o “Anexo VI - Modelo de Procuração FIP” e “Anexo VII - Modelo de Procuração – Quarta Emissão” ao Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária. Em virtude das alterações acima descritas, a Invepar, entregará, em até 2 (dois) dias úteis, ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão, ao FIP e ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão cópias das procurações, na forma dos Anexos V, VI e VII, devidamente assinadas pela Invepar, bem como das notificações enviadas pela Invepar a cada uma das Concessionárias, na forma do Anexo IV, com a respectiva contra-assinatura das Concessionárias. Ainda, nos termos da cláusula 2.1. (c) do Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária, a Invepar entregará ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, em até 10 (dez) dias contados da presente data, um extrato atualizado, emitido pelas instituições prestadoras de serviços de escrituração das Ações Empenhadas Lamsa, refletindo o ônus constituído.

3.4. As Partes desejam incluir as Cláusulas 7.1.1 e 7.1.2 no Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária, as quais passam a vigorar com a seguinte redação:

“7.1.1. O Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o Agente Fiduciário da Quarta Emissão e o FIP poderão, a qualquer tempo, ceder ou outorgar participações de parte ou da totalidade dos direitos relativos ao presente Contrato a terceiros que adquiram parcela correspondente das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura da Terceira Emissão, da Escritura da Quarta Emissão, do Contrato de Compra e Venda de Debêntures e do Contrato de Troca de Risco; entretanto, a Invepar não poderá ceder ou outorgar participações de parte ou da totalidade dos direitos e/ou obrigações relativos ao presente Contrato a terceiros, salvo se com o prévio e expresse consentimento, por escrito, do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, do Agente Fiduciário da Quarta Emissão e do FIP.

7.1.2. Caso este Contrato venha a ser cedido nos termos da Cláusula 7.1.1 acima, as Partes se obrigam a celebrar aditivo a este Contrato, para refletir a inclusão dos concessionários, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento de notificação da Parte cedente informando sobre a referida cessão.”

3.5. Tendo em vista as alterações ao Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária previstas nesta Cláusula 3, as Partes desejam substituir o “Anexo I – Descrição das Obrigações Garantidas” do Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária pelo Anexo A ao presente Segundo Aditamento, de forma a atualizar as Obrigações Garantidas das Debêntures e incluir as Obrigações Garantidas Contrato,



as Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão e as Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco.

3.6. As Partes desejam, ainda, atualizar o Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária, no que for aplicável, tendo em vista (i) a quitação integral dos Instrumentos de Financiamento Invepar (conforme definido no Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária); e (ii) o atendimento da Condição Suspensiva (iii) do item 1.5.1 do Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária.

CLÁUSULA IV RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes do Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária que não expressamente alteradas por este Segundo Aditamento.

4.2. Em função do disposto na Cláusula 3 acima, resolvem as Partes, de comum acordo, consolidar as alterações ao Instrumento de Penhor e Cessão Fiduciária, na forma do Anexo B ao presente Segundo Aditamento, renumerando as cláusulas quando necessário, em função de inclusões e exclusões.

4.3. As Partes declaram ter conhecimento do teor da ata da Assembleia Geral de Debenturistas e das suas disposições, bem como das alterações realizadas no presente Contrato em consequência da mesma.

CLÁUSULA V DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este Segundo Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

5.2. Qualquer alteração a este Segundo Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.

5.3. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

5.4. Este Segundo Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

5.5. As Partes reconhecem este Segundo Aditamento como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, incisos I e III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (“Código de Processo Civil”).

5.6. Para os fins deste Segundo Aditamento, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 497, 498, 806, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Terceira Emissão e das Debêntures da Quarta Emissão, nos termos previstos nas Escrituras de Emissão, e do direito de executar a opção de venda, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Debêntures.

Minuta anexa à AGD da 3ª Emissão realizada em 28.11.2017

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2017.

* * *



Minuta anexa à AGD da 3ª Emissão realizada em 28.11.2017

Página de assinaturas 1/7 do “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças”

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



Minuta anexa à AGD da 3ª Emissão realizada em 28.11.2017

Página de assinaturas 2/7 do “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças”

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



Minuta anexa à AGD da 3ª Emissão realizada em 28.11.2017

Página de assinaturas 3/7 do “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças”

**MUBADALA CAPITAL IAV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTISETORIAL**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



Minuta anexa à AGD da 3ª Emissão realizada em 28.11.2017

Página de assinaturas 4/7 do “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças”

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:



Minuta anexa à AGD da 3ª Emissão realizada em 28.11.2017

Página de assinaturas 5/7 do “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças”

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



Minuta anexa à AGD da 3ª Emissão realizada em 28.11.2017

Página de assinaturas 6/7 do “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças”

LINEA AMARILLA BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



Minuta anexa à AGD da 3ª Emissão realizada em 28.11.2017

Página de assinaturas 7/7 do “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças”

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG.:
CPF:

2. _____
Nome:
RG.:
CPF:



ANEXO A
DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

A. Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão:

As expressões “Emissão”, “Data de Vencimento”, “Debêntures”, “Juros Remuneratórios”, “Valor Nominal Unitário Atualizado”, dentre outras, constantes deste item A, quando não expressamente indicado, deverão ser lidas com relação à Terceira Emissão.

Escritura da Terceira Emissão

- (a) Valor da Emissão: R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido), passando para R\$313.740.000,00 (trezentos e treze milhões, setecentos e quarenta mil reais) em 23 de dezembro de 2016 em função da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado (conforme termo definido na Escritura da Terceira Emissão).
- (b) Prazo de vencimento: As Debêntures da Terceira Emissão terão prazo de vigência de 9 (nove) anos contados de 15 de outubro de 2015 (“Data de Emissão”), vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2024.
- (c) Amortização do Principal: O Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura da Terceira Emissão) será amortizado em 7 (sete) parcelas, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2018 e os demais pagamentos nas datas e nas proporções indicadas na tabela abaixo, conforme tabela abaixo:

Data de Amortização	Parcela do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizada
15 de outubro de 2018	1,5 %
15 de outubro de 2019	2,5 %
15 de outubro de 2020	12,5 %
15 de outubro de 2021	17,5 %
15 de outubro de 2022	20,0%
15 de outubro de 2023	25,0%
15 de outubro de 2024	Saldo

- (d) Remuneração: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista na Escritura da Terceira Emissão.

Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes ao percentual determinado pela tabela apresentada abaixo, de acordo com tempo do cálculo de tais juros remuneratórios (“Juros Remuneratórios” e, em conjunto com a Atualização Monetária, a “Remuneração”):



MOMENTO DO CÁLCULO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS	JUROS REMUNERATÓRIOS AO ANO, BASE 252 (DUZENTOS E CINQUENTA E DOIS) DIAS ÚTEIS
Entre a Data de Emissão e até o 36º mês (inclusive) contados desde a Data de Emissão.	11,9353%
A partir do 36º e até o 48º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,2837%
A partir do 48º e até o 60º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,6320%
A partir do 60º e até o 72º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,9804%
A partir do 72º e até o 84º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	13,3287%
A partir do 84º e até o 96º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	13,6770%
A partir do 96º mês contado desde a Data de Emissão e até a Data de Vencimento.	14,0254%

Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme abaixo definido), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo.

$$J = VNa \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 08 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa}}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = Conforme tabela a seguir:



	TAXA
Entre a Data de Emissão e até o 36º mês (inclusive) contados desde a Data de Emissão.	11,9353%
A partir do 36º e até o 48º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,2837%
A partir do 48º e até o 60º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,6320%
A partir do 60º e até o 72º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,9804%
A partir do 72º e até o 84º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	13,3287%
A partir do 84º e até o 96º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	13,6770%
A partir do 96º mês contado desde a Data de Emissão e até a Data de Vencimento.	14,0254%

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Define-se “Período de Capitalização das Debêntures” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao Período de Capitalização das Debêntures em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

- (e) Local de Pagamento: Os pagamentos a que os Debenturistas da Terceira Emissão fizerem jus serão efetuados pela Invepar utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou dos procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA. As Debêntures que, por solicitação do respectivo Debenturista ou outro motivo previsto na regulamentação aplicável, não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador ou na sede da Invepar.
- (f) Penalidades e Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Invepar, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures da Terceira Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Invepar ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento da Remuneração, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.
- (g) Resgate Antecipado Facultativo: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipada e facultativamente a totalidade das Debêntures da Terceira Emissão, a



qualquer tempo a partir do 13º (décimo terceiro) mês das Debêntures da Terceira Emissão (inclusive), contados a partir da Data de Emissão, mediante (i) comunicação escrita aos titulares das Debêntures da Terceira Emissão, ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do resgate antecipado; e (ii) mediante o pagamento, pela Emissora, aos titulares de Debêntures da Terceira Emissão de um prêmio *flat* correspondente a 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo (“Prêmio de Resgate Antecipado”).

- (h) Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado: Na hipótese de: (i) realização de aumento de capital social via processo de abertura de capital em bolsa (IPO) ou aporte dos atuais acionistas da Emissora; (ii) operação de *private placement*; e/ou (iii) venda de ativos/participações societárias a terceiros não integrantes do grupo econômico da Emissora, a Emissora deverá realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures da Terceira Emissão, endereçada a todos os Debenturistas da Terceira Emissão, sem distinção, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do respectivo evento (“Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado”). Os Debenturistas da Terceira Emissão que participarem da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado farão jus ao recebimento do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios e de prêmio *flat* correspondente a 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, até a data do efetivo resgate antecipado decorrente da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado, exclusive, além dos demais encargos devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado.
- (i) Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial: Na hipótese de: (i) realização de aumento de capital social via processo de abertura de capital em bolsa (IPO) ou aporte dos atuais acionistas da Emissora, (ii) operação de *private placement* e/ou (iii) venda de ativos/participações societárias a terceiros não integrantes do grupo econômico da Emissora; a Emissora deverá utilizar, sem qualquer dedução, os recursos recebidos de tais operações descritas nos itens (i), (ii) e (iii) acima para realizar a amortização extraordinária obrigatória parcial das Debêntures, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do respectivo evento (“Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial”), exceto nos casos previstos na Escritura da Terceira Emissão. A Emissora deverá realizar a amortização extraordinária pela parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizada, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e de prêmio *flat* correspondente a 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) incidente sobre o valor da parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial.

B. Obrigações Garantidas Contrato:

Para fins de cumprimento do artigo 1.362 do Código Civil Brasileiro e do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, as Partes contratantes confirmam que as Obrigações Garantidas Contrato asseguradas



pelo presente Contrato, caso o Contrato de Compra e Venda de Debêntures venha a ser celebrado, terão os termos e condições gerais abaixo descritos. No entanto, caso o Contrato de Compra e Venda de Debêntures venha a ser celebrado e haja conflito entre os termos e condições abaixo descritos e os constantes no Contrato de Compra e Venda de Debêntures, os termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Debêntures deverão prevalecer.

Contrato de Compra e Venda de Debêntures

- (a) Opção de Venda: Opção irrevogável e irretroatável do FIP de revender à LAMBRA a totalidade das Debêntures a serem adquiridas pelo FIP após a consumação das operações decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Debêntures (“Opção de Venda”).
- (b) Preço de Venda Unitário: O preço a ser pago por Debênture, sujeito ao exercício pelo FIP da Opção de Venda após a Data Inicial de Exercício da Opção, ou mediante a ocorrência de qualquer Evento de Antecipação da Opção de Venda, será equivalente ao “Valor Nominal Unitário Atualizado”, calculado nos termos do item 5.10.1 da Escritura da Terceira Emissão, conforme divulgado pelo Agente Fiduciário das Debêntures para a data de Fechamento da Opção de Venda (“PU de Venda”). Adicionalmente ao PU de Venda, será devido pela LAMBRA ou pelo FIP, conforme o caso, um montante calculado conforme fórmula abaixo (“Ajuste de Remuneração Unitário”):

$$\text{ajuste de Remuneração Unitário} = (\text{VNC} \times \Delta\text{Dólar} \times (1 + \text{JR})^{\frac{\text{DU}}{252}}) - \text{PU}_p$$

“VNC” significa o Valor Nominal Corrente, equivalente à soma dos valores calculados de acordo com os itens (a) e (b) da Cláusula 2.2 do Contrato de Compra e Venda de Debêntures, conforme descritos abaixo:

- (a) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme definido na Escritura da Terceira Emissão, no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Implementação da Aquisição (conforme definido na Cláusula 4.1 do Contrato de Compra e Venda de Debêntures); *mais* (b) a Remuneração das Debêntures acumulada desde a Data de Emissão até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Implementação da Aquisição.

“ΔDólar” significa a PTAX (média aritmética em reais das cotações de venda e de compra da taxa de câmbio do dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil) do Dia Útil imediatamente anterior ao Fechamento da Opção de Venda ou ao Fechamento da Opção de Compra, conforme o caso, dividido pela PTAX (média aritmética em reais das cotações de venda e de compra da taxa de câmbio do dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil) de 6 de dezembro de 2017, observado o disposto na Cláusula 6.3.3.

“JR” significa a taxa de “Juros Remuneratórios” determinada conforme item 5.10.2 da Escritura da Terceira Emissão a ser aplicada de acordo com o momento do cálculo de tais “Juros Remuneratórios” conforme a tabela abaixo:

MOMENTO DO CÁLCULO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS	TAXA DE JUROS AO ANO (BASE 252 DIAS ÚTEIS)
--	---



MOMENTO DO CÁLCULO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS	TAXA DE JUROS AO ANO (BASE 252 DIAS ÚTEIS)
Entre a Data de Emissão e até o 36º mês (inclusive) contado desde a Data de Emissão.	11,9353%
A partir do 36º e até o 48º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,2837%
A partir do 48º e até o 60º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,6320%
A partir do 60º e até o 72º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,9804%
A partir do 72º e até o 84º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	13,3287%
A partir do 84º e até o 96º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	13,6770%
A partir do 96º mês contado desde a Data de Emissão e até a “Data de Vencimento” definida como 15 de outubro de 2024 conforme item 5.8 da Escritura da Terceira Emissão.	14,0254%

“DU” significa o número de Dias Úteis contados entre 6 de dezembro de 2017 e o Dia Útil imediatamente anterior à data de Fechamento da Opção de Compra ou à data de Fechamento da Opção de Venda, conforme o caso.

“PUp” significa o somatório do valor pago em amortização, resgate ou aquisição pela Invepar e/ou pela LAMBRA (inclusive em resultado do exercício da Opção de Compra ou da Opção de Venda, conforme o caso) por Debênture no sistema de liquidação de operações de balcão organizado da B3, em qualquer caso após a Data de Implementação da Aquisição, calculado pelo Agente Fiduciário das Debêntures, conforme definido na Escritura da Terceira Emissão.

- (c) Valor de Venda. O valor total a ser pago pela LAMBRA ao FIP no contexto da Opção de Venda será equivalente ao PU de Venda multiplicado pelo número de Debêntures a serem transferidas pelo FIP à LAMBRA, isto é, 15.690 (quinze mil, seiscentas e noventa) Debêntures (“PU Total de Venda”), somado ao Ajuste de Remuneração Total caso este seja um valor positivo (“Valor de Venda”). Caso o Ajuste de Remuneração Total seja um valor negativo, o Valor de Venda será equivalente ao PU Total de Venda deduzido do Ajuste de Remuneração Total e, concomitantemente ao Fechamento da Opção de Venda ou ao Fechamento da Opção de Compra, conforme o caso, o Comprador deverá pagar à Vendedora o valor referente ao Ajuste de Remuneração Total negativo. Para fins de clareza, o Valor de Venda será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Valor de Venda} = (\text{PU de Venda} \cdot 15.690) + (\text{Ajuste de Remuneração Unitário} \cdot 15.690)$$

- (d) Opção de Compra: Opção irrevogável e irretroatável da LAMBRA de recomprar do FIP a totalidade das Debêntures a serem adquiridas pelo FIP após a consumação das operações decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Debêntures (“Opção de



Compra”), que será exercível pela LAMBRA a qualquer tempo a partir da Data de Implementação da Aquisição.

- (e) Preço da Opção de Compra: O preço a ser pago pela LAMBRA ao FIP, sujeito ao exercício pela LAMBRA da Opção de Compra, será equivalente ao Valor de Venda.
- (f) Ajustes ao Valor de Venda: Conforme cláusulas 6.3.4 e 6.4.4 do Contrato de Compra e Venda de Debêntures.
- (g) Penalidades por Atraso e Retenção de Título: O descumprimento: (i) pela LAMBRA de sua obrigação de pagamento do Valor de Venda, conforme ajustado pelo Ajuste de Remuneração Total (conforme definidos no Contrato de Compra e Venda de Debêntures), no caso de exercício da Opção de Venda ou da Opção de Compra, conforme aplicável; e/ou (ii) pela Invepar de sua obrigação solidária prevista na Cláusula 6.7 do Contrato de Compra e Venda de Debêntures: (a) autoriza o FIP a reter a propriedade das Debêntures; (b) é enquadrado como um “Evento de Vencimento Antecipado” de acordo com o item 5.17(b) da Escritura da Terceira Emissão, que autoriza o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a declarar o vencimento antecipado das Debêntures e demandar o pagamento imediato, pela Invepar, de todas as obrigações pendentes de pagamento lá previstas; e (c) autoriza o FIP a aplicar uma multa não compensatória por descumprimento à LAMBRA e/ou à Invepar equivalente ao montante total do Valor de Venda calculado no Dia Útil imediatamente anterior ao pagamento efetivo, mais juros de 12% (doze por cento) ao ano, em base *pro rata temporis*, baseado em um ano com 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis e calculado utilizando a mesma metodologia prevista no item 5.10.2 da Escritura da Terceira Emissão, a partir da data originalmente prevista na respectiva notificação para o Fechamento da Opção de Compra ou para o Fechamento da Opção de Venda, conforme aplicável, até a data do pagamento efetivo, deduzida do Valor Unitário Nominal Atualizado das Debêntures retidas pelo FIP de acordo com o item (a) acima, calculado no Dia Útil imediatamente anterior ao pagamento efetivo.
- (h) Demais Obrigações: A violação das obrigações descritas no anexo do Contrato de Compra e Venda de Debêntures, pela Invepar, bem como por suas afiliadas, assessores ou representantes, fará com que a Invepar seja responsável pelo pagamento de uma multa não compensatória no montante, por violação, de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), estando o FIP autorizado a buscar compensação por perdas e danos suplementares que venham a ser incorridos pelo FIP e quaisquer outros remédios legalmente disponíveis ao FIP, incluindo reembolso de custas judiciais e honorários advocatícios. Ainda, o descumprimento da obrigação de pagar os valores descritos no anexo do Contrato de Compra e Venda de Debêntures, no prazo de 10 (dez) dias, sujeitará a Invepar, nos termos descritos no Contrato de Compra e Venda de Debêntures, aos seguintes encargos que incidirão sobre o montante total devido e não pago: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*; mais (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) em relação ao valor total devido; mais (iii) correção monetária calculada sobre a variação positiva do índice IPCA a partir da data em que o pagamento for devido até a data do pagamento efetivo.

C. Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão:



As expressões “Emissão”, “Data de Vencimento”, “Debêntures”, “Juros Remuneratórios”, “Valor Nominal Unitário Atualizado”, dentre outras, constantes deste item C, quando não expressamente indicado, deverão ser lidas com relação à Quarta Emissão.

Escritura da Quarta Emissão

- (a) Valor da Emissão: O valor total da Emissão das Debêntures será de até R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (“Valor Total da Emissão”).
- (b) Prazo de vencimento: As Debêntures terão prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de dezembro de 2018 (“Data de Vencimento”).
- (c) Amortização do Principal: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado integralmente na Data de Vencimento.
- (d) Remuneração: O Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista na Escritura da Quarta Emissão.

Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à 11,9353% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos (“Juros Remuneratórios” e, em conjunto com a Atualização Monetária, a “Remuneração”). Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, a partir da Data de Emissão até de seu efetivo pagamento (ou a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, do resgate antecipado decorrente da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado, da Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial, da Amortização Extraordinária Facultativa ou do vencimento antecipado das Debêntures.

Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

Onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{FatorJuros} = \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

taxa = 11,9353; e

DP = número de dias úteis entre a primeira Data de Integralização das Debêntures e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro.

- (e) Local de Pagamento: Os pagamentos a que os Debenturistas fizerem jus serão efetuados pela Emissora utilizando-se dos procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures que, por solicitação do respectivo Debenturista ou outro motivo previsto na regulamentação aplicável, não estiverem custodiadas eletronicamente na B3, terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador ou na sede da Emissora.
- (f) Penalidades e Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento da Remuneração, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, ambos incidentes sobre as quantias em atraso (“Encargos Moratórios”).
- (g) Resgate Antecipado Facultativo Total: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipada e facultativamente a totalidade das Debêntures da Quarta Emissão, ficando, para tanto, desde já autorizada pelos Debenturistas da Quarta Emissão a efetuar o resgate antecipado (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), mediante o pagamento pela Emissora aos titulares das Debêntures do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios e de um prêmio incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Prêmio de Resgate Antecipado”), de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Prêmio de Resgate Antecipado} = \left[\left(1 + \frac{11,9353}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right] - 1$$

Onde:

DP = número de Dias Úteis entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento, sendo “DP” um número inteiro.

- (h) Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado: Na hipótese de: (i) realização de aumento de capital social via processo de abertura de capital em bolsa (IPO) ou aporte dos atuais acionistas da Emissora; (ii) operação de *private placement*; e/ou (iii) venda de



ativos/participações societárias a terceiros não integrantes do grupo econômico da Emissora, a Emissora deverá realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures da Quarta Emissão, endereçada a todos os Debenturistas da Quarta Emissão, sem distinção, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do respectivo evento (“Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado”). Os Debenturistas da Quarta Emissão que participarem da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado farão jus ao recebimento do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate antecipado decorrente da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado e do Prêmio de Resgate Antecipado (conforme fórmula prevista no item (g) acima), além dos demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado.

- (i) Amortização Extraordinária Obrigatória: Na hipótese de: (i) realização de aumento de capital social via processo de abertura de capital em bolsa (IPO) ou aporte dos atuais acionistas da Emissora, (ii) operação de private placement e/ou (iii) venda de ativos/participações societárias a terceiros não integrantes do grupo econômico da Emissora; a Emissora deverá utilizar, sem qualquer dedução, os recursos recebidos de tais operações descritas nos itens (i), (ii) e (iii) acima para realizar a amortização extraordinária obrigatória parcial das Debêntures, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do respectivo evento (“Amortização Extraordinária Obrigatória”), exceto no caso previsto na Escritura da Quarta Emissão. A Emissora deverá realizar a amortização extraordinária por determinado percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios e de um prêmio incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão (ou data de amortização extraordinária imediatamente anterior) até a data da efetiva Amortização Extraordinária Obrigatória (“Prêmio de Amortização Antecipada”), de acordo com a fórmula abaixo, além dos demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Obrigatória.

$$\text{Prêmio de Amortização Antecipada} = \left[\left(1 + \frac{11,9353}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} - 1 \right]$$

Onde:

DP = número de Dias Úteis entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Obrigatória e a Data de Vencimento, sendo “DP” um número inteiro.

D. Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco:

Para fins de cumprimento do artigo 1.362 do Código Civil Brasileiro e do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, as Partes contratantes confirmam que as Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco asseguradas pelo presente Contrato têm os termos e condições gerais abaixo descritos. No entanto, caso haja conflito entre os termos e condições abaixo descritos e os constantes no Contrato de Troca de Risco, os termos e condições do Contrato de Troca de Risco deverão prevalecer.

Contrato de Troca de Risco

- (a) Montante Total das Obrigações Garantidas: O valor total do ajuste a ser pago pela Invepar ao FIP, nos termos do Contrato de Troca de Risco, na respectiva Data de Pagamento da Remuneração, conforme definida na Escritura de Emissão, o qual será



equivalente ao Ajuste de Remuneração Unitário (conforme abaixo definido) multiplicado por 65.000 (sessenta e cinco mil) (“Ajuste de Remuneração Total”), nas hipóteses em que o Ajuste de Remuneração Total seja um número positivo.

- (b) Ajuste de Remuneração Unitário: O ajuste de remuneração por Debênture será calculado conforme a fórmula abaixo (“Ajuste de Remuneração Unitário”):

$$\text{Ajuste de Remuneração Unitário} = VNU \cdot \Delta\text{Dólar} \cdot (1 + JR)^{\frac{DU}{252}} - PU_p$$

Onde:

“VNU” significa o Valor Nominal Unitário por Debênture na Data de Emissão, conforme definidos na Escritura de Emissão.

“ΔDólar” significa a PTAX do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, dividido pela PTAX de 6 de dezembro de 2017, observada a limitação à variação do dólar norte americano prevista no item (d) abaixo.

“PTAX” significa a média aritmética, em reais, das posições venda e compra da taxa de câmbio do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Central do Brasil ao final do respectivo dia, ou qualquer taxa oficial que venha a substituí-la em caso de sua extinção.

“JR” significa a taxa de 11,9353% (onze vírgula nove mil trezentos e cinquenta e três por cento).

“DU” significa o número de Dias Úteis contados entre 6 de dezembro de 2017 e o Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso.

“PUp” significa o somatório do valor pago em amortização, resgate ou aquisição pela Invepar por Debênture no sistema de liquidação de operações de balcão organizado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em qualquer caso após a Data de Emissão, calculado pelo agente fiduciário das Debêntures, conforme definido na Escritura de Emissão.

- (c) Limitação à Variação do Dólar Americano: Desde que o principal e juros devidos em decorrência das Debêntures, bem como o Ajuste de Remuneração Total, sejam pagos tempestivamente e de forma integral, conforme aplicável, a variação da cotação do dólar norte-americano em relação ao real com base na definição de “ΔDólar” descrita no item (a) acima a ser aplicada para o cálculo do Ajuste de Remuneração Total, seja tal variação positiva ou negativa, estará limitada a 20% (vinte por cento) positivos ou 20% (vinte por cento) negativos, conforme o caso.
- (d) Data de Pagamento do Ajuste de Remuneração: O montante referente ao Ajuste de Remuneração Total será pago nas respectivas Datas de Pagamento da Remuneração.
- (e) Penalidades por Atraso: A Invepar reconhece que o descumprimento de sua obrigação de pagamento do Ajuste de Remuneração Total, na respectiva Data de Pagamento da Remuneração, conforme prevista na Escritura de Emissão, deverá autorizar o FIP a



Minuta anexa à AGD da 3ª Emissão realizada em 28.11.2017

aplicar uma multa não compensatória por descumprimento à Invepar equivalente ao montante total do Ajuste de Remuneração Total, calculado no Dia Útil imediatamente anterior ao pagamento efetivo, mais juros de 12% (doze por cento) ao ano, em base *pro rata temporis*, baseado em um ano com 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis e calculado utilizando a mesma metodologia prevista na Cláusula 5.10.2 da Escritura de Emissão, a partir da respectiva Data de Pagamento da Remuneração, até a data do pagamento efetivo.



ANEXO B
CONSOLIDAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTA E OUTRAS AVENÇAS

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTA E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, as partes:

(a) **INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta sob a categoria “A” perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP 20031-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 03.758.318/0001-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Invepar”);

(b) **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, CEP 20.050-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada nos termos de seu contrato social, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Terceira Emissão (conforme abaixo definidos) (“Agente Fiduciário da Terceira Emissão”);

(c) **MUBADALA CAPITAL IAV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISSETORIAL**, um fundo de investimento em participações devidamente organizado e existente sob as leis do Brasil, registrado no CNPJ/MF sob o nº 25.167.377/0001-60, administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, registrado no CNPJ/MF sob o nº 23.025.053/0001-62, neste ato representada de acordo com seu contrato social (“FIP”);

(d) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social; na qualidade de agente fiduciário da Quarta Emissão (conforme abaixo definida), representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Quarta Emissão (conforme abaixo definidos) (“Agente Fiduciário da Quarta Emissão”);

e, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes,

(e) **LINHA AMARELA S.A. - LAMSA**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Carlos Lacerda, s/nº, Praça do Pedágio, CEP 20.745-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.974.211/0001-25, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o NIRE nº 3.330.016.238-1, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Lamsa”); e

(f) **LINEA AMARILLA BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado devidamente organizada e existente sob as leis do Brasil, com sede na cidade do Rio de



Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso 52, cj. 3001 (parte), registrada no CNPJ/MF sob o nº 11.395.604/0001-09, neste ato representada de acordo com seu estatuto social (a "LAMBRA"),

sendo a Invepar, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP, o Agente Fiduciário da Quarta Emissão, a Lamsa e a LAMBRA doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

CONSIDERANDO QUE o Conselho de Administração da Invepar aprovou a realização, bem como os respectivos termos e condições, da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, sob regime misto de colocação, no valor de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) ("Debêntures da Terceira Emissão" e "Terceira Emissão", respectivamente), conforme disposto no artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

CONSIDERANDO QUE, foi celebrado o "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob Regime Misto de Colocação, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR", entre a Invepar e o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures ("Debenturistas da Terceira Emissão" e "Escritura da Terceira Emissão", respectivamente);

CONSIDERANDO QUE as Debêntures da Terceira Emissão foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, as quais serão distribuídas sob o regime misto de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476");

CONSIDERANDO QUE os recursos líquidos obtidos pela Invepar com a Terceira Emissão foram destinados a(o) (1) pré-pagamento (i) da 2ª Emissão de Debêntures da Emissora, datada de 12 de fevereiro de 2014, no valor de R\$ 470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de reais) ("2ª Emissão de Debêntures da Invepar"); (ii) da 1ª e da 2ª Emissões de Notas Promissórias Comerciais da Emissora, datadas respectivamente de 30 de janeiro de 2015 e 8 de junho de 2015, no valor de, respectivamente, R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) e R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais) (em conjunto, as "Notas Comerciais da Invepar"); e (iii) das Cédulas de Crédito Bancário n.º 306.401.383, n.º 237237328819002 e n.º 354452, emitidas em favor do Banco do Brasil S.A., do Banco Bradesco S.A. e do Banco Citibank S.A., em 7 de agosto de 2015, no valor de R\$74.000.000,00 (setenta e quatro milhões reais), R\$10.000.000,00 (dez milhões reais) e R\$26.000.000,00 (vinte e seis milhões reais), respectivamente (em conjunto, as "CCBs Invepar" e, quando em conjunto com a 2ª Emissão de Debêntures Invepar e com as Notas Comerciais da Invepar, os "Instrumentos de Financiamento Invepar"); e (2) aportes de capital, via aumento do capital social, concessão de mútuos, dívida subordinada e/ou adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC): (i) em sociedades que sejam titulares de concessões de serviços públicos ou suas respectivas controladoras, (ii) em sociedades que detenham opção (ou cujas controladoras detenham a opção) de compra de ações referentes a concessões de serviços públicos, ou, (iii) nas empresas PEX S.A. e PEX PERU S.A.C, em relação a essas, no valor máximo de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais);

CONSIDERANDO QUE a Invepar detém, nesta data, 155.782.236 (cento e cinquenta e cinco milhões, setecentas e oitenta e duas mil, duzentas e trinta e seis) ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Lamsa ("Ações Lamsa"), sociedade concessionária de serviço público cujas atividades estão contidas no contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Rio



de Janeiro, em 09 de dezembro de 1994 (conforme aditado), e pretende empenha-las em garantia das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas);

CONSIDERANDO QUE a Invepar é proprietária: (i) de 91,5% (noventa e um inteiros e cinco décimos por cento) das ações emitidas pela Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.643.134/0001-19) (“CLN”); (ii) de 100% (cem por cento) das ações emitidas pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.531.501/0001-58) (“CART”); (iii) de 50% (cinquenta por cento) das ações emitidas pela Concessionária Bahia Norte S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.160.715/0001-90) (“Bahia Norte”); (iv) de 24,9% (vinte e quatro inteiros e nove décimos por cento) das ações emitidas pela Concessionária Rio Teresópolis S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.938.574/0001-05) (“CRT”); (v) de 50% (cinquenta por cento) das ações emitidas pela Concessionária Rota do Atlântico S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.799.190/0001-09) (“Rota do Atlântico”); (vi) de 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) das ações emitidas pela Concessionária ViaRio S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.440.708/0001-30) (“ViaRio”); (vii) de 100% (cem por cento) das ações emitidas pela Linea Amarilla Brasil Participações S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.395.604/0001-09) (“LAMBRA”); (viii) de 80% (oitenta por cento) das ações emitidas pela Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.561.610/0001-31) (“GRUPAR”) e indiretamente de 40,8% (quarenta inteiros e oito décimos por cento) das ações emitidas pela Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.578.569/0001-06) (“GRU”); (ix) de 100% (cem por cento) das ações emitidas pela Concessionária BR 040 S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.726.048/0001-00) (“BR 040”); (x) de 100% (cem por cento) das ações emitidas pela Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.324.624/0001-18) (“MetrôRio”); (xi) de 100% (cem por cento) das ações emitidas pela Metrobarra S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.339.410/0001-64) (“Metrôbarra”); e (xii) de 24,87% (vinte e quatro inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) Concessionária do VLT Carioca S.A. (Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.201.378/0001-19) (“VLT”, em conjunto com a CLN, a CART, a Bahia Norte, a CRT, a Rota do Atlântico, a ViaRio, a LAMBRA, a GRU, a GRUPAR, a BR 040, a MetrôRio e a Metrôbarra, as “Concessionárias” e as “Ações das Concessionárias”);

CONSIDERANDO QUE a Emissora irá realizar a sua 4ª (quarta) emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única (“Debêntures da Quarta Emissão”), para distribuição pública com esforços restritos, nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR*” celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da Quarta Emissão (“Escritura da Quarta Emissão” e, em conjunto com a Escritura da Terceira Emissão, as “Escrituras de Emissão”);

CONSIDERANDO QUE o FIP (i) enviou ao coordenador líder da Quarta Emissão ordens de compra de [•] ([•]) Debêntures da Quarta Emissão; (ii) aceitou proposta que a Invepar enviou a todos os potenciais titulares das Debêntures da Quarta Emissão; e (iii) celebrou, com a Invepar, o “*Contrato de Troca de Risco*” (“Contrato de Troca de Risco”);

CONSIDERANDO QUE a LAMBRA, detentora de 15.690 (quinze mil, seiscentas e noventa) Debêntures da Terceira Emissão, celebrou com o FIP e a Emissora contrato de compra e venda das Debêntures da Terceira Emissão, com opção de revenda, por meio do qual a LAMBRA transferirá as Debêntures da Terceira Emissão emitidas pela CONTRATANTE ao FIP (“Contrato de Compra e Venda de Debêntures”);



CONSIDERANDO QUE por meio da Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Emissão, realizada em 28 de novembro de 2017, debenturistas representando 100,00% (cem por cento) das Debêntures da Terceira Emissão em circulação aprovaram, entre outros assuntos (a) a celebração do “Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime Misto de Colocação, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR” (“Quarto Aditamento à Escritura da Terceira Emissão”); (b) a celebração do presente Segundo Aditamento; e (c) o Compartilhamento das Garantias (conforme definido abaixo) (“Assembleia Geral de Debenturistas”);

CONSIDERANDO QUE as Partes desejam que determinadas garantias relacionadas às Debêntures da Terceira Emissão garantam também (a) determinadas obrigações da LAMBRA e da Invepar nos termos do Contrato de Compra e Venda de Debêntures; (b) as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Quarta Emissão; e (c) as obrigações decorrentes do Contrato de Troca de Risco;

RESOLVEM as Partes celebrar o presente “Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças” (“Contrato”), de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos, livremente convencionados entre as Partes, que se obrigam a cumpri-los e fazer com que sejam cumpridos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PENHOR DE AÇÕES E DA CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

1.1. A fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações da Invepar, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, perante os Debenturistas da Terceira Emissão no âmbito da Escritura da Terceira Emissão, o que inclui, principalmente, mas não se limita, ao pagamento das Debêntures da Terceira Emissão, abrangendo a sua amortização, Atualização Monetária e Remuneração, conforme definidos na Escritura da Terceira Emissão, bem como todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Invepar, no âmbito da Terceira Emissão, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Terceira Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando a, encargos moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, Escriturador e Banco Liquidante, e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão e/ou pelos Debenturistas da Terceira Emissão em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas da Terceira Emissão decorrentes das Debêntures da Terceira Emissão e da Escritura da Terceira Emissão, cuja descrição, em cumprimento ao disposto no artigo 1.424 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), encontra-se no Anexo I ao presente Contrato (“Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão”), a Invepar, nos termos (i) dos artigos 1.431 e seguintes, 1.451 e seguintes do Código Civil, (ii) do artigo 39, do artigo 100, inciso I, alínea “F” e do artigo 113 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), neste ato, em caráter irrevogável e irretroatável, a partir desta data e até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas das Debêntures da Terceira Emissão, empenha em primeiro grau em favor dos Debenturistas da Terceira Emissão, neste ato representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, a totalidade das Ações Lamsa (referidas, em conjunto e, conforme descritas no Anexo II, ao presente Contrato, como “Ações Empenhadas Lamsa” e como um todo o “Penhor de Ações Lamsa”), sendo que o Penhor de Ações Lamsa abrangerá (sendo os itens (a) a (d) abaixo referidos em conjunto como “Bens Empenhados”):



- (a) a totalidade das Ações Empenhadas Lamsa;
- (b) quaisquer bens em que as Ações Empenhadas Lamsa sejam convertidas ou passem a ser representadas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários);
- (c) todas as ações de emissão da Lamsa que porventura, a partir da data de assinatura deste Contrato, sejam atribuídas à Invepar, ou seu eventual sucessor legal, por meio de compra, doação, transferência a qualquer título, subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das Ações Empenhadas Lamsa, distribuição de bonificações, direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Lamsa, bônus de subscrição, conversão de debêntures de emissão da Lamsa e de titularidade da Invepar; e
- (d) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir da celebração deste Contrato, venham a substituir as Ações Empenhadas Lamsa, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Lamsa.

sendo certo que as novas ações de emissão da LAMSA que vierem a ser de titularidade da Invepar após a celebração deste Contrato nos termos dos itens (a) a (d) acima serão doravante definidas como “Ações Adicionais Lamsa” e também integrarão para todos os fins de direito a definição de Bens Empenhados.

1.1.1. Ainda, a Invepar, nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei 4.728”) e dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, no que for aplicável, cede fiduciariamente, de forma irrevogável e irretroatável, (i) em favor dos Debenturistas da Terceira Emissão representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, a fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão; (ii) em favor do FIP, a fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações da LAMBRA e da Invepar, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, no Contrato de Compra e Venda de Debêntures, observada a condição suspensiva prevista no item 1.5.1(iii) abaixo (“Obrigações Garantidas Contrato”); (iii) em favor dos Debenturistas da Quarta Emissão representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, a fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações da Invepar, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, no âmbito da Quarta Emissão (“Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão”); e (iv) em favor do FIP, a fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações da Invepar, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, no âmbito do Contrato de Troca de Risco (“Obrigações Garantidas Contrato de Contrato de Troca de Risco” e, em conjunto com as Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, as Obrigações Garantidas Contrato e as Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão, as “Obrigações Garantidas”), livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, observado o disposto no item 1.2.1 abaixo, valores efetivamente pagos, creditados ou distribuídos à Invepar, ou recebidos pela Invepar, decorrentes das Ações das Concessionárias e das Ações Empenhadas Lamsa (“Cessão Fiduciária” e, em conjunto com os Bens Empenhados, a “Garantia Real”; os Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, em conjunto com o FIP e os Debenturistas da Quarta Emissão, as “Partes Garantidas”), sendo que a Cessão Fiduciária, incluindo a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, abrangerá (a) todos os frutos, rendimentos, dividendos, lucros, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores efetivamente recebidos pela Invepar ou de qualquer forma

efetivamente distribuídos à Invepar, assim como todas as outras quantias pagas em decorrência da titularidade das Ações Empenhadas Lamsa e das Ações das Concessionárias (“Rendimentos das Ações”); e (b) os direitos da Invepar contra o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco custodiante (o “Banco Custodiante”) com relação à titularidade da conta corrente de titularidade da Invepar mantida junto à agência 2373-6, conta corrente nº 3532-7 do Banco Custodiante (“Conta Vinculada”) e a todos e quaisquer recursos depositados, a qualquer tempo, na Conta Vinculada, incluindo eventuais aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com os recursos depositados em e/ou vinculados na Conta Vinculada (os direitos constantes dos itens (a) e (b) serão, doravante, designados como “Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente” e quando em conjunto com os Bens Empenhados, esses serão designados como “Bens Objeto da Garantia Real”).

1.1.2. Observado o disposto no item 1.1.1 acima, as Partes concordam que qualquer menção à “Garantia Real” ou aos “Bens Objeto da Garantia Real”, quando referidos ao FIP, às Obrigações Garantidas Contrato, aos Debenturistas da Quarta Emissão, às Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão e/ou às Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco, deverão ser interpretados restritivamente como “Cessão Fiduciária” e “Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente”, respectivamente.

1.1.3. Para os fins deste Contrato, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente serão compartilhados entre os Debenturistas da Terceira Emissão, o FIP e os Debenturistas da Quarta Emissão, nos termos do “Contrato entre Credores” a ser celebrado entre o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e o Agente Fiduciário da Quarta Emissão (“Compartilhamento das Garantias”).

1.1.4. As Partes reconhecem que (a) a Cessão Fiduciária abrange apenas os valores efetivamente pagos, creditados ou distribuídos à Emissora, ou recebidos pela Emissora, em decorrência das ações das SPEs; dessa forma, não há conflito ou sobreposição entre a Cessão Fiduciária e a alienação fiduciária sobre as ações de emissão da MetrôRio, em garantia das obrigações decorrentes das Debêntures da Quarta Emissão e do Contrato de Troca de Risco, de modo que a Cessão Fiduciária não obsta, impede ou afeta, de qualquer forma, a excussão da alienação fiduciária das ações da MetrôRio; e (b) em caso de excussão da referida alienação fiduciária sobre as ações de emissão da MetrôRio, os valores referidos no item (a) da Cláusula 1.1.1 acima, com relação às ações de emissão da MetrôRio não estarão sujeitos à Cessão Fiduciária, não sendo necessária qualquer notificação, consentimento, autorização ou qualquer outro ato, seja de que natureza for, dos titulares da Cessão Fiduciária para qualquer ato de excussão de referida alienação fiduciária, de modo que as ações de emissão da MetrôRio possam ser transferidas a quaisquer terceiros livre de todo e qualquer ônus que possa ser decorrente da Cessão Fiduciária.

1.2. Bens Adicionais

1.2.1. Incorporar-se-ão automaticamente à presente garantia, passando, para todos os fins de direito, conforme o caso, a integrar as definições de “Ações Empenhadas Lamsa”, “Rendimento das Ações” e “Bens Objeto da Garantia Real”: (i) quaisquer Ações Adicionais Lamsa; (ii) observado o disposto na Cláusula 1.6.1 abaixo, quaisquer lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, rendas, distribuições e bônus e quaisquer outros valores declarados ou a serem pagos, distribuídos ou a serem de outra forma entregues, por qualquer razão, à Invepar relacionados (a) a quaisquer ações, incluindo novas ações, de emissão das Concessionárias que sejam subscritas, integralizadas, recebidas, conferidas, compradas ou de qualquer outra forma adquiridas (direta ou indiretamente) pela Invepar após a data de assinatura deste Contrato, incluindo, sem limitar, por meio de consolidação, fusão, cisão, incorporação, permuta, substituição, divisão, reorganização societária ou de qualquer outra forma, assim como quaisquer títulos ou valores mobiliários que as Ações das



Concessionárias e tais novas ações sejam convertidas (as “Ações Adicionais das Concessionárias”); (b) às Ações das Concessionárias; e (c) às Ações Adicionais Lamsa que venham a ser declarados, pagos ou distribuídos, bem como todos os direitos a qualquer pagamento relacionados às Ações Empenhadas Lamsa, às Ações Adicionais Lamsa, às Ações das Concessionárias e às Ações Adicionais das Concessionárias que possam ser considerados frutos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital, incluindo, sem limitar, redução de capital, amortização ou resgate dessas ações (em conjunto, os “Direitos Adicionais” e, em conjunto com as Ações Adicionais Lamsa, “Bens Adicionais”).

1.2.2. Para o cumprimento do disposto nos itens 1.1., 1.1.1 e 1.2.1, toda e qualquer Ação Adicional Lamsa deverá integrar a presente garantia, seja ela subscrita, integralizada, comprada e/ou adquirida pela Invepar, caso em que a Invepar deverá: (i) subscrever e integralizar, comprar e/ou adquirir todas e quaisquer Ações Adicionais Lamsa; e (ii) (A) no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da subscrição, compra, aquisição, conferência e/ou recebimento de quaisquer Ações Adicionais Lamsa, celebrar um aditamento a este Contrato, na forma do Anexo III a este Contrato (“Aditamento”), cuja celebração será considerada, para todos os fins e efeitos, como meramente declaratória do ônus já constituído nos termos deste Contrato, especialmente do item 1.2.1 acima; e (B) tomar qualquer providência de acordo com a lei aplicável para a criação e o aperfeiçoamento da garantia sobre tais Ações Adicionais Lamsa, incluindo, sem limitar, as averbações e registros descritos na Cláusula Segunda deste Contrato.

1.3. Até a quitação integral das Obrigações Garantidas, a Invepar obriga-se a adotar todas as medidas e providências no sentido de assegurar que (i) os Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, mantenham preferência absoluta com relação aos Bens Empenhados, e (ii) o FIP, em conjunto com os Debenturistas, representados cada qual pelo respectivo Agente Fiduciário, mantenham preferência absoluta com relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, observados os termos do Compartilhamento das Garantias.

1.4. Na ocorrência da decretação de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão ou das Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão ou no inadimplemento pecuniário das Obrigações Garantidas Contrato ou das Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco, conforme o caso, as Partes Garantidas, conforme o caso, deverão exercer os direitos e prerrogativas previstos na Escritura da Terceira Emissão, na Escritura da Quarta Emissão, no Contrato de Compra e Venda de Debêntures, no Contrato de Troca de Risco, neste Contrato ou em lei, em defesa dos Debenturistas da Terceira Emissão, do FIP e/ou dos Debenturistas da Quarta Emissão, podendo exercer a propriedade plena e a posse direta dos Bens Objeto da Garantia Real ou dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, conforme o caso, para os efeitos da presente garantia.

1.5. Condição Suspensiva

1.5.1. Nos termos do artigo 125 do Código Civil, a constituição da Cessão Fiduciária referente aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente estava sujeita: (i) à quitação integral da dívida representada pelos Instrumentos de Financiamento Invepar; (ii) à liberação da Cessão Fiduciária em Garantia dos Instrumentos de Financiamento Invepar constituída por meio do Contrato de Cessão Fiduciária Instrumentos de Financiamento Invepar, conforme procedimentos previstos no referido contrato; e está sujeita à (iii) em relação às Obrigações Garantidas Contrato, à efetiva transferência das Debêntures da Terceira Emissão ao FIP, conforme prevista no Contrato de Compra e Venda de Debêntures (sendo os itens (i), (ii) e (iii) referidos em conjunto como “Condição Suspensiva”).



- 1.5.2. As Condições Suspensivas (i) e (ii) do item 1.5.1 acima foram atendidas da seguinte forma: (i) apresentação ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, em 16 e 17 de novembro de 2015, do protocolo de pedido de registro do termo de liberação relativo ao Contrato de Cessão Fiduciária Instrumentos de Financiamento Invepar ("Termo de Liberação") nos cartórios de registro de títulos e documentos das cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e Osasco, Estado de São Paulo, averbado a margem do registro original do referido contrato; e (ii) apresentação ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão do Termo de Liberação, registrado nos cartórios de registro de títulos e documentos das cidades de (i) São Paulo, Estado de São Paulo, em 17 de novembro de 2015, (ii) Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 2015, e (iii) Osasco, Estado de São Paulo, em 16 de novembro de 2015.
- 1.5.3. A Condição Suspensiva (iii) do item 1.5.1 acima deverá ser atendida mediante a declaração a ser assinada pelo FIP, atestando a ocorrência da Condição Suspensiva (iii) do item 1.5.1., a qual será datada da Data de Implementação da Aquisição, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Debêntures e protocolada pela Invepar para averbação, na Data de Implementação da Aquisição, à margem deste Contrato, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das circunscrições das sedes de todas as Partes, devendo ser fornecida 1 (uma) via física registrada ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, 1 (uma) via física registrada ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão e 1 (uma) via física registrada ao FIP, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a obtenção dos respectivos registros.

1.6. Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e Conta Vinculada

1.6.1. Os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente deverão ser recebidos pela Invepar diretamente na Conta Vinculada de sua titularidade, mantida junto do Banco Custodiante, a qual deverá ser mantida e administrada sempre de acordo com os termos do primeiro aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Depositário celebrado entre a Invepar, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP, o Agente Fiduciário da Quarta Emissão e o Banco Custodiante ("Primeiro Aditamento ao Contrato de Administração de Conta").

1.6.2. Para efeitos do item 1.6.1 acima, a Invepar deverá notificar as Concessionárias, por escrito, nos termos do Anexo IV e com cópia para o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, ao FIP e ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão, em até 20 (vinte) dias da assinatura do presente Contrato, para que estas realizem os pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente na Conta Vinculada, nos termos do inciso II, do artigo 19 da Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997. Sem prejuízo, a Lamsa, neste ato, compromete-se a realizar os pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente exclusivamente na Conta Vinculada, nos termos do inciso II, do artigo 19 da Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997.

1.6.3. Caso a Invepar venha a receber, em violação ao disposto no presente Contrato ou no Primeiro Aditamento ao Contrato de Administração de Conta, quaisquer Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente de forma diversa da aqui e lá previstas, ou em conta diversa da Conta Vinculada, recebê-los-á na qualidade de fiel depositário das Partes Garantidas e se obriga, de forma irrevogável e irretroatável, a depositar a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, assim recebidos, na Conta Vinculada, em até 2 (dois) Dia Úteis da data da verificação do seu recebimento, sem qualquer dedução ou desconto, independentemente de qualquer notificação ou outra formalidade para tanto, sob pena de inadimplemento do presente Contrato, com o consequente vencimento antecipado das Obrigações Garantidas.

1.7. Reforço de Garantia



1.7.1. Na hipótese de quaisquer dos Bens Objeto da Garantia Real virem a ser, total ou parcialmente, objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar, ou tornarem-se insuficientes, inábeis, impróprios ou imprestáveis ao fim a que se destinam, a Invepar obriga-se a substituir ou reforçar os Bens Objeto da Garantia Real, de modo a recompor integralmente o valor da garantia (“Reforço de Garantia”), no prazo de 15 (quinze) dias contados da (a) data em que ocorrer a Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Emissão aprovando o bem oferecido como Reforço de Garantia dos Bens Empenhados; e/ou, (b) no caso dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, da data de recebimento de notificação por escrito do FIP neste sentido e, na data em que ocorrer a Assembleia Geral de Debenturistas da Quarta Emissão aprovando o bem oferecido como Reforço de Garantia ou na data em que ocorrer Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Emissão aprovando o bem oferecido como Reforço de Garantia, o que ocorrer por último.

1.7.2. O Reforço de Garantia deverá ser implementado por meio de cessão fiduciária e/ou penhor, conforme aplicável, em garantia de outros ativos, de natureza igual ou diversa dos Bens Objeto da Garantia Real, desde que previamente aceitos pelos Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, no caso dos Bens Empenhados e, no caso da Cessão Fiduciária, pelo FIP, pelos Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão e pelos Debenturistas da Quarta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, e formalizado substancialmente na forma deste Contrato, conforme vier a ser definido entre as Partes. No caso de reforço ou substituição da presente garantia, os novos bens e direitos cedidos fiduciariamente e/ou empenhados deverão ser identificados em aditamentos ao presente Contrato, ou contrato específico a ser celebrado entre as mesmas partes signatárias do presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMALIDADES

2.1. A Invepar e/ou a LAMBRA obrigam-se a, sendo exclusivamente responsável por todas as despesas em decorrência de tais atos:

- (a) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato, ou de eventuais aditamentos, às suas custas e exclusivas expensas, levar a registro este Contrato nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das circunscrições das sedes de todas as Partes, devendo fornecer 1 (uma) via física registrada ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, 1 (uma) via física registrada ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão e 1 (uma) via física registrada ao FIP, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a obtenção dos respectivos registros, além de manter arquivada uma cópia deste Contrato;
- (b) em até 10 (dez) Dias Úteis após a celebração deste Contrato, averbar o penhor sobre as Ações Empenhadas Lamsa, ora constituído, em conformidade com o previsto neste Contrato e no artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, no respectivo livro de registro de ações nominativas da Lamsa (“Livro de Registro de Ações Nominativas Lamsa”), e/ou inclusão do referido ônus no extrato emitido pelas instituições prestadoras de serviços de escrituração das Ações Empenhadas Lamsa e/ou custodiantes das Ações Empenhadas Lamsa, conforme aplicável, com a seguinte anotação: “*Todas as ações e quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações emitidos pela Companhia, que sejam ou venham a ser, a qualquer tempo, de titularidade da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (“Acionista” e “Ações”, respectivamente) encontram-se empenhadas em primeiro grau em favor da comunhão dos titulares das Debêntures, conforme abaixo definido, representados pela Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos*”



e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário, para garantir de forma integral, todas as suas obrigações, principais e acessórias, decorrentes da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, da Acionista, de acordo com o Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças, datado de 15 de outubro de 2015, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia”; e

- (c) em até 10 (dez) Dias Úteis após a celebração de qualquer Aditamento a este Contrato, para o fim de refletir o penhor de Ações Adicionais Lamsa deverão ser realizadas as devidas anotações no Livro de Registro de Ações Nominativas Lamsa e/ou inclusão do referido ônus no extrato emitido pelas instituições prestadoras de serviços de escrituração das Ações Adicionais Lamsa e/ou custodiantes das Ações Adicionais Lamsa, para refletir as modificações correspondentes, com o seguinte teor: “*Por meio do Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças, datado de 15 de outubro de 2015 (“Contrato”) e do [--] Aditamento ao Contrato, datado de [--], a totalidade das ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações registrados em nome da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (“Acionista”), encontram-se empenhados em primeiro grau em favor da comunhão dos titulares das Debêntures, representados pela Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário, para garantir de forma integral, todas as suas obrigações, principais e acessórias, decorrentes da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, da Acionista”*

2.1.1. A Invepar deverá apresentar, ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, até o 2º (segundo) Dia Útil contado do encerramento dos prazos previstos nas alíneas (b) e (c) do item 2.1 acima, respectivamente, os comprovantes das respectivas averbações.

2.2. Conforme aplicável, caso as Ações Empenhadas Lamsa virem a ser mantidas sob custódia, após a celebração deste Contrato, a Invepar deverá providenciar o registro deste penhor junto ao custodiante das Ações Empenhadas Lamsa no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do início da prestação dos serviços de custódia, devendo a Invepar apresentar ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do início da referida custódia, comprovação de tal registro e um extrato da conta de custódia, evidenciando o penhor criado por meio deste Contrato.

2.3. A Invepar e/ou a LAMBRA serão responsáveis, e deverão adiantar ou ressarcir, conforme o caso, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e/ou o Agente Fiduciário da Quarta Emissão, conforme o caso, pelos custos, Tributos (conforme abaixo definido), emolumentos, encargos e despesas (inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais e extrajudiciais) necessários e comprovadamente incorridos com a assinatura, celebração, registro e/ou formalização e preservação da garantia objeto do presente Contrato, incluindo quaisquer outros documentos produzidos de acordo com o presente e seus respectivos aditivos. Se a Invepar e/ou a LAMBRA deixarem de cumprir qualquer avença contida no presente Contrato no prazo estabelecido neste Contrato para tanto, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e/ou o Agente Fiduciário da Quarta Emissão deverão, conforme o caso, cumprir a referida avença, ou providenciar o seu cumprimento, sendo certo que a Invepar ou a LAMBRA são e serão responsáveis por todas as respectivas despesas razoáveis comprovadamente incorridas pelo o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e/ou o Agente Fiduciário da Quarta Emissão para tal fim, as quais estarão compreendidas no objeto da presente garantia, devendo o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o



FIP e/ou o Agente Fiduciário da Quarta Emissão, conforme o caso, ser reembolsado, em até 5 (cinco) dias contados da respectiva solicitação acompanhada dos respectivos recibos, pela Invepar e/ou LAMBRA por todas as referidas despesas, em conformidade com a Instrução CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016.

2.4. A Invepar e/ou a LAMBRA deverão cumprir qualquer outro requerimento legal que venha a ser aplicável e necessário à integral preservação dos direitos constituídos neste Contrato (i) em favor dos Debenturistas da Terceira Emissão, neste ato representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, (ii) em favor do FIP e (iii) em favor do Agente Fiduciário da Quarta Emissão, fornecendo ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão comprovação de tal cumprimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DIREITOS POLÍTICOS E PATRIMONIAIS DAS AÇÕES EMPENHADAS LAMSA

3.1. Observado o item 3.3 abaixo, a Invepar poderá exercer seu direito de voto livremente durante a vigência deste Contrato, no entanto, para fins do disposto no artigo 113, da Lei das Sociedades por Ações, as deliberações societárias, concernentes à Lamsa e relativas às matérias a seguir relacionadas estarão sempre sujeitas à aprovação prévia dos Debenturistas da Terceira Emissão, representando a maioria absoluta das Debêntures da Terceira Emissão em circulação (conforme definidas na Escritura da Terceira Emissão) em Assembleia Geral de Debenturistas da Terceira Emissão especialmente convocada para este fim:

- (a) a incorporação da Lamsa, sua fusão, cisão ou transformação em qualquer outro tipo societário, bem como resgate ou amortização de ações representativas do capital social da Lamsa, quer com redução, ou não, de seu capital social;
- (b) quaisquer outras ações que requeiram o consentimento dos Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, nos termos da Escritura da Terceira Emissão, dos instrumentos de garantia firmados pela Invepar, e, conforme o caso, outros documentos referentes à emissão das Debêntures da Terceira Emissão;
- (c) criação e/ou emissão de ações preferenciais, de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou de partes beneficiárias, bem como a outorga de opção de compra de quaisquer desses títulos, exceto se e na forma permitida na Escritura da Terceira Emissão;
- (d) desdobramento ou grupamento de ações;
- (e) todas as deliberações que alterem as preferências, vantagens e condições dos Bens Objeto da Garantia Real, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e/ou que possam conferir o direito de recesso ao acionista dissidente; e
- (f) apresentação de pedido de aut falência ou recuperação judicial ou extrajudicial pela Invepar ou de qualquer de suas Concessionárias.

3.2. A Invepar se obriga a notificar previamente o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, com até 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência, sobre a realização de qualquer Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração da Lamsa em que quaisquer das matérias relacionadas no item 3.1. acima estejam na ordem do dia para serem discutidas.



3.3. Não obstante o acima disposto, na ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na Escritura da Terceira Emissão, todos e quaisquer direitos de voto só poderão ser exercidos mediante o prévio consentimento por escrito do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, representando a comunhão dos Debenturistas da Terceira Emissão.

3.4. A Lamsa não deverá registrar ou implementar qualquer voto da Invepar que viole os termos e condições previstos no presente Contrato, ou que, por qualquer outra forma, prejudique a eficácia, validade ou prioridade das garantias reais ora instituídas em favor dos Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão. Na hipótese de ser tomada qualquer deliberação societária com infração ao disposto no presente Contrato, tal deliberação será nula de pleno de direito, sendo assegurado ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão o direito de tomar as medidas legais cabíveis para impedir que tal deliberação produza quaisquer efeitos, antes ou após a sua aprovação.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSOS, DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA INVEPAR

4.1. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste Contrato, nas Escrituras de Emissão, no Contrato de Compra e Venda de Debêntures, no Contrato de Troca de Risco e no Primeiro Aditamento ao Contrato de Administração de Conta, em caráter irrevogável e irretratável, a Invepar obriga-se e compromete-se, a:

- (a) tomar todas as medidas necessárias para a devida averbação do Penhor de Ações Lamsa instituído nos termos deste Contrato, nos livros de registros societários da Lamsa;
- (b) tempestivamente cumprir quaisquer requisitos e dispositivos legais que, no futuro, possam vir a ser exigidos para a existência, validade, eficácia ou exequibilidade da Garantia Real ora constituída e, mediante solicitação do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, do FIP e/ou do Agente Fiduciário da Quarta Emissão (para os dois últimos, somente em relação à Cessão Fiduciária), apresentar, no prazo mínimo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, comprovação de que tais requisitos ou dispositivos legais foram cumpridos;
- (c) cumprir fiel e integralmente todas as suas obrigações previstas neste Contrato, nas Escrituras de Emissão, no Contrato de Compra e Venda de Debêntures, no Contrato de Troca de Risco, no Primeiro Aditamento ao Contrato de Administração de Conta e no Contrato de Troca de Risco;
- (d) defender, de forma tempestiva e adequada, às suas custas e expensas, a Garantia Real ora constituída e seu objeto contra quaisquer reivindicações e demandas de terceiros, responsabilizando-se perante o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e/ou o Agente Fiduciário da Quarta Emissão (para os dois últimos, somente em relação à Cessão Fiduciária) em relação aos custos e despesas devidamente comprovados que, nos termos deste Contrato, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e/ou o Agente Fiduciário da Quarta Emissão (para os dois últimos, somente em relação à Cessão Fiduciária) tiverem de incorrer (incluindo honorários e despesas advocatícias), conforme cabível: (i) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento dos Tributos (conforme definidos abaixo) incidentes ou devidos relativamente a (1) qualquer dos Bens Empenhados, eventualmente incorridos pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão e (2) os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, eventualmente incorridos pelo FIP e/ou pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão e/ou pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão; (ii) referentes ou resultantes de qualquer violação de qualquer das declarações

assumidas neste Contrato; e (iii) referentes à formalização, constituição e ao aperfeiçoamento da Garantia Real sobre os Bens Objeto da Garantia Real, de acordo com este Contrato;

- (e) defender-se, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo (inclusive arbitral) que possa afetar substancial e negativamente o cumprimento das Obrigações Garantidas, mantendo o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, quando relacionado às Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, e o FIP e o Agente Fiduciário da Quarta Emissão, quando relacionado, respectivamente, às Obrigações Garantidas Contrato, às Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco e às Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão, informados por meio de relatórios descrevendo o ato, ação, procedimento e processo em questão e as medidas tomadas pela Invepar, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da Terceira Emissão, quando relacionado às Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, e do FIP e do Agente Fiduciário da Quarta Emissão, quando relacionado, respectivamente, às Obrigações Garantidas Contrato, às Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco e às Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão, de atuar no referido ato, ação, procedimento ou processo, como parte ou como interveniente, como bem lhe aprouver;
- (f) informar, na mesma data em que tiver conhecimento, ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, ao FIP e/ou ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão, conforme o caso, os detalhes de qualquer fato, evento ou controvérsia que afete ou possa vir a afetar materialmente este Contrato e/ou as garantias objeto deste Contrato, as Escrituras de Emissão, o Contrato de Compra e Venda de Debêntures, o Contrato de Troca de Risco, o Primeiro Aditamento ao Contrato de Administração de Conta, o Contrato de Troca de Risco, e/ou o cumprimento das Obrigações Garantidas;
- (g) exceto pela eventual alienação fiduciária sobre as ações de emissão da MetrôRio e pela devolução / relicitação da rodovia BR 040 conforme Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017 (“Lei 13.448”), abster-se de, direta ou indiretamente (i) prometer, vender, ceder, transferir, empenhar, permutar ou, a qualquer título alienar ou onerar, ou outorgar qualquer opção de compra ou venda, sobre qualquer Bem Objeto da Garantia Real, Ações das Concessionárias e/ou Ações Adicionais das Concessionárias, exceto conforme disposto nas Escrituras de Emissão; (ii) criar ou permitir que exista qualquer ônus ou gravame sobre os Bens Objeto da Garantia Real, Ações das Concessionárias e/ou Ações Adicionais das Concessionárias, ou a eles relacionados, incluindo, sem limitação, direitos ou obrigações de venda conjunta (*tag along, drag along*), salvo os ônus resultantes deste Contrato, e o penhor de 2º grau constituído sobre as Ações Lamsa em favor da Caixa Econômica Federal e das Escrituras de Emissão; ou (iii) restringir ou diminuir a garantia e os direitos criados por este Contrato ou (iv) celebrar ou alterar acordos de acionistas que contenham qualquer disposição que impeçam ou limitem a livre disposição dos Bem Objeto da Garantia Real, Ações das Concessionárias e/ou Ações Adicionais das Concessionárias incluindo, sem limitação, direitos ou obrigações de venda conjunta (*tag along, drag along*), direitos de preferência ou opções de compra ou de venda, em qualquer dos casos (i) a (iv) salvo mediante prévia e expressa autorização dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão ou o Agente Fiduciário da Quarta Emissão, conforme quórum previsto em cada uma das Escrituras de Emissão, e do FIP;
- (h) a qualquer tempo e às suas expensas, tomar, tempestivamente e de modo adequado, todas as medidas necessárias ou que o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e/ou o



Agente Fiduciário da Quarta Emissão possam vir a solicitar, de forma razoável, para o fim de conservar e proteger ou para permitir o exercício, pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, pelo FIP e/ou pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, conforme o caso, dos respectivos direitos e garantias instituídos por este Contrato, ou cuja instituição seja objetivada pelo presente Contrato;

- (i) fornecer, informações ou documentos relativos (i) aos Bens Empenhados, ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, e (ii) aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, ao FIP, ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão e ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão, em um prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da solicitação do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, do FIP e/ou do Agente Fiduciário da Quarta Emissão, conforme o caso, ou prazo maior que venha a ser acordado entre as Partes, desde que acordado pelos Debenturistas da Terceira Emissão, pelo FIP e/ou pelo Debenturistas da Quarta Emissão, ressalvado que, na hipótese de ocorrência, conforme o caso, de um Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido em cada uma das Escrituras de Emissão, ou de inadimplemento pecuniário do Contrato de Compra e Venda de Debêntures ou do Contrato de Troca de Risco, as informações e os documentos previstos nesta Cláusula deverão ser fornecidos em 1 (um) Dia Útil, mediante solicitação do Debenturistas da Terceira Emissão e/ou o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, do FIP e/ou dos Debenturistas da Quarta Emissão e/ou o Agente Fiduciário da Quarta Emissão, conforme o caso;
- (j) permitir ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão inspecionar o Livro de Registro de Ações e o Livro de Transferência de Ações da Lamsa com relação às Ações Empenhadas Lamsa ou o extrato emitido pelas instituições prestadoras de serviços de escrituração das Ações Empenhadas Lamsa e/ou custodiantes das Ações Empenhadas Lamsa, conforme aplicável, e produzir quaisquer cópias dos referidos registros durante o horário comercial, conforme solicitado pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão mediante aviso prévio entregue com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, ressalvado que, na hipótese da ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na Escritura da Terceira Emissão, as providências previstas neste item poderão ser tomadas de imediato, independentemente de qualquer aviso prévio, mantendo-se a obrigação de confidencialidade em relação a quaisquer informações recebidas no âmbito deste Contrato;
- (k) na qualidade de acionista da Lamsa e das Concessionárias, não (i) autorizar a realização de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros, estatutariamente prevista, em desconformidade com as Escrituras de Emissão, com o Contrato de Compra e Venda de Debêntures, com o Contrato de Troca de Risco ou com a Lei das Sociedades por Ações, ou (ii) deliberar ou permitir que seja deliberada qualquer alteração relevante do objeto social da Lamsa e/ou das Concessionárias que possa afetar a presente garantia, inclusive, mas sem limitação, os direitos políticos e patrimoniais, bem como as regras para distribuição dos rendimentos das Ações Empenhadas Lamsa das Ações Adicionais Lamsa, das Ações das Concessionárias e/ou das Ações Adicionais das Concessionárias;
- (l) caso se exija a celebração de qualquer documento ou contrato adicional (inclusive aditivos ao presente Contrato) para a preservação ou manutenção da Garantia Real, firmar e entregar ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, ao FIP e/ou ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão (para os dois últimos, somente em relação à Cessão Fiduciária), documentos e contratos que o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e o Agente



Fiduciário da Quarta Emissão razoavelmente julguem necessários ou apropriados para tal fim em prazo razoavelmente solicitado;

- (m) exceto pela alienação fiduciária sobre as ações de emissão da MetrôRio e pela devolução / relicitação da rodovia BR 040 conforme Lei 13.448, não praticar qualquer ato que possa, direta ou indiretamente, prejudicar, modificar, restringir ou afetar negativa e substancialmente, por qualquer forma, quaisquer direitos outorgados aos Debenturistas da Terceira Emissão, ao FIP e/ou ao Debenturistas da Quarta Emissão (para os dois últimos, somente em relação à Cessão Fiduciária), por este Contrato, pelas Escrituras de Emissão, pelo Contrato de Compra e Venda de Debêntures, pelo Contrato de Troca de Risco, pelo Primeiro Aditamento ao Contrato de Administração de Conta ou pela lei aplicável ou, ainda, a execução da garantia ora instituída;
- (n) exceto pela (i) alienação fiduciária sobre as ações de emissão da MetrôRio, (ii) devolução / relicitação da rodovia BR 040 conforme Lei 13.448, e (iii) garantia de eventual dívida da Invepar, na ocorrência de conversão em ações das debêntures subordinadas, conversíveis em ações preferenciais de classe A, com participação nos lucros, em série única, da primeira emissão da CRT, não alterar a sua participação acionária nas empresas LAMSA, LAMBRA, MetrôRio e CRT, por meio de alienação de ações ou via qualquer outro tipo de movimentação societária, sem prévia anuência por escrito do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, conforme previamente deliberado pelos Debenturistas da Terceira Emissão, do FIP e do Agente Fiduciário da Quarta Emissão, conforme previamente deliberado pelos Debenturistas da Quarta Emissão, exceto para fins de reestruturação societária no próprio grupo econômico da Invepar;
- (o) (i) sempre que necessário e solicitado pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, celebrar aditamentos a este Contrato para incluir qualquer outra pessoa como um credor e/ou devedor fiduciário ou para modificar a descrição das Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão por qualquer motivo, em prazo razoavelmente solicitado, (ii) sempre que necessário e solicitado pelo FIP, celebrar aditamentos a este Contrato para incluir qualquer outra pessoa como um credor e/ou devedor fiduciário ou para modificar a descrição das Obrigações Garantidas Contrato ou das Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco por qualquer motivo, em prazo razoavelmente solicitado; e/ou (iii) sempre que necessário e solicitado pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, celebrar aditamentos a este Contrato para incluir qualquer outra pessoa como um credor e/ou devedor fiduciário ou para modificar a descrição das Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão por qualquer motivo, em prazo razoavelmente solicitado;
- (p) observado o implemento da Condição Suspensiva, manter os Bens Objeto da Garantia Real, as Ações das Concessionárias e as Ações Adicionais das Concessionárias em sua posse mansa e pacífica, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e de quaisquer ações de arresto, sequestro ou penhora;
- (q) pagar ou fazer com que o contribuinte definido na legislação tributária pague, antes da incidência de qualquer multa, penalidades, juros ou despesas, todos os Tributos (conforme definidos abaixo) e contribuições incidentes sobre os Bens Objeto da Garantia Real e pagar ou fazer com que sejam pagas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, que não estejam sendo contestadas em boa fé;
- (r) cumprir, mediante o recebimento de comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, pelo FIP ou pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, na qual o Agente Fiduciário da Terceira Emissão declare que ocorreu um inadimplemento



pecuniário das Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, o FIP declare que ocorreu inadimplemento pecuniário das Obrigações Garantidas Contrato ou das Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco, e/ou o Agente Fiduciário da Quarta Emissão declare que ocorreu um inadimplemento pecuniário das Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão todas as instruções por escrito emanadas do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, do FIP e/ou do Agente Fiduciário da Quarta Emissão para regularização das obrigações inadimplidas ou para excussão da garantia constante neste Contrato, conforme aplicável;

- (s) efetuar o pagamento integral, incluindo, sem limitação, de todos os impostos, taxas, contribuições, tributos e demais encargos fiscais e parafiscais de qualquer natureza (“Tributos”), que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a garantia ora constituída, sobre os valores e pagamentos dela decorrentes, sobre movimentações financeiras a ela relativas e sobre as obrigações decorrentes deste Contrato. A Invepar também efetuará o pagamento de todos os Tributos que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre quaisquer pagamentos, transferências ou devoluções de quantias realizadas em decorrência do presente Contrato;
- (t) manter na sede da Invepar ou junto ao respectivo banco escriturador e/ou custodiante, conforme o caso, os livros de registro de ações ou extrato do banco escriturador, conforme o caso, representativos dos Bens Objeto da Garantia Real, das Ações das Concessionárias e/ou das Ações Adicionais das Concessionárias, sendo que uma cópia autenticada dos mesmos deverá ser entregue, em até 10 (dez) dias contados da celebração deste Contrato (ou de eventuais aditamentos), ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, ao FIP e ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão;
- (u) exceto (i) pela eventual alienação fiduciária sobre as ações de emissão da MetrôRio e pela devolução / relicitação da rodovia BR 040 conforme Lei 13.448; e (ii) por eventuais alterações na participação acionária detida pela Invepar na CRT, em decorrência de conversão das debêntures subordinadas da primeira emissão da CRT, cada qual conversível em 4,1225 ações preferenciais classe A de emissão da CRT, com participação nos lucros, não alterar ou deliberar matéria que afete materialmente, direta ou indiretamente, a estrutura de distribuição de dividendos atualmente prevista nos Estatutos Sociais das Concessionárias e da Lamsa, sem a anuência prévia dos Debenturistas da Terceira Emissão, do FIP e dos Debenturistas da Quarta Emissão;
- (v) enquanto não liquidadas integralmente as Obrigações Garantidas, a Invepar compromete-se a renovar as procurações contidas nos Anexos V, VI e VII, anualmente, sempre com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias deste prazo. Sem prejuízo, caso a Invepar venha a alterar seu estatuto social de forma a permitir que procurações sejam emitidas pelo prazo total das Obrigações Garantidas, desde já compromete-se a outorgar uma procuração em observância a tal prazo; e
- (w) na qualidade de acionista da Lamsa e das Concessionárias, fazer com que os administradores da Lamsa e das Concessionárias realizem toda e qualquer distribuição de dividendos, lucros, bonificações, juros sobre capital próprio e quaisquer outros valores devidamente aprovados e/ou declarados pelos órgãos societários competentes da Lamsa e das Concessionárias, conforme o caso, no limite do caixa disponível na Lamsa e nas Concessionárias, conforme o caso, observados os termos da legislação aplicável e dos contratos celebrados pela Lamsa e pelas Concessionárias atualmente em vigor, incluindo, mas não se limitando, aos contratos financeiros e aos contratos celebrados com os respectivos poderes concedentes.



4.2. Sem prejuízo e em adição às declarações e garantias prestadas pela Invepar nas Escrituras de Emissão, no Contrato de Compra e Venda de Debêntures e no Contrato de Troca de Risco, a Invepar declara, na data deste Contrato, que:

- (a) é uma companhia aberta registrada na CVM sob a categoria “A”, devidamente organizada, constituída e existente em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, para a celebração deste Contrato, para cumprir suas obrigações contratuais e para a constituição da presente Garantia Real, de acordo com os termos aqui estabelecidos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) este Contrato constitui uma obrigação legal, válida, lícita, vinculante e eficaz da Invepar, exequível de acordo com seus respectivos termos e condições, observado o implemento da Condição Suspensiva;
- (e) a celebração e cumprimento integral deste Contrato, a realização das obrigações principais e acessórias dele decorrentes e a observação de seus termos e condições não acarreta ou acarretará, direta ou indiretamente, conflito ou o descumprimento, total ou parcial (i) de qualquer termo ou condição previstos em qualquer escritura, instrumento de hipoteca, arrendamento, licenças, concessões, autorizações, empréstimos, acordo de acionistas, ou qualquer outro instrumento de dívida ou outro contrato de qualquer natureza dos quais seja parte, nem constituem ou irão constituir inadimplemento dos referidos instrumentos ou dar origem a qualquer direito de acelerar o vencimento ou requerer o pagamento antecipado de qualquer dívida relacionada aos referidos instrumentos, ou (com exceção do ônus criado neste Contrato) resultar na criação ou imposição de qualquer ônus; (ii) dos documentos societários da Invepar; (iii) de qualquer decisão judicial, administrativa ou arbitral emitida por órgão competente contra a Invepar; (iv) das disposições da legislação vigente aplicável ou qualquer restrição contratual que vincule ou afete a Invepar; ou (v) de qualquer lei, regulamento, licença, autorização governamental ou decisão que vincule ou seja aplicável, à Invepar;
- (f) exceto pelos registros e averbações exigidos nos termos do item 2.1. (a), (b) e (c) acima e do item 1.6.2 acima, nenhuma autorização ou aprovação, e nenhuma notificação ou registro junto a qualquer autoridade governamental, órgão regulatório ou contratual por terceiros é necessária para a devida celebração, entrega e cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;
- (g) exceto pelo gravame criado nos termos do presente Contrato e pelo implemento da Condição Suspensiva, não existem quaisquer: (i) disposições ou cláusulas contidas em acordos, contratos ou avenças, que restrinjam o penhor e/ou a cessão fiduciária ora prevista, relativas aos Bens Objeto da Garantia Real; ou (ii) discussões judiciais ou outros impedimentos de qualquer natureza que vedem, restrinjam, reduzam ou limitem, de



qualquer forma, a constituição e manutenção da presente garantia sobre (i) os Bens Empenhados em favor dos titulares das Debêntures da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, e (ii) os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente em favor do FIP, dos titulares das Debêntures da Terceira Emissão e dos titulares das Debêntures da Quarta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão;

- (h) não há acordo de acionistas da Lamsa e das Concessionárias e nem qualquer disposição contratual entre acionistas que afete o direito da Invepar de dispor sobre os Bens Objeto da Garantia Real, incluindo, sem limitação, direitos de preferência, opções de compra ou de venda, direito ou obrigação de venda conjunta, sendo certo que os Bens Objeto da Garantia Real estarão automática e irrevogavelmente desvinculados de qualquer acordo de acionistas que venham a existir no futuro;
- (i) as Ações Empenhadas Lamsa foram devidamente subscritas ou adquiridas e integralizadas, conforme o caso, pela Invepar, e encontram-se devidamente registradas em seu nome no Livro de Registro de Ações Nominativas Lamsa. Nenhuma Ação Empenhada Lamsa foi emitida com infração a qualquer direito, seja de preferência ou de qualquer outra natureza, de qualquer acionista da Lamsa. Todas as Ações Empenhadas Lamsa encontram-se totalmente subscritas e integralizadas;
- (j) Os Bens Objeto da Garantia Real encontram-se e encontrar-se-ão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, restrições, dívidas ou gravames, não existindo qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que a Invepar seja parte, quaisquer obrigações, restrições à Garantia Real ora prevista, ou discussões judiciais de qualquer natureza, ou impedimento de qualquer natureza que vede ou limite, de qualquer forma, a constituição e manutenção da presente Garantia Real sobre os Bens Empenhados em favor dos Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, e sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente em favor do FIP, dos Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão e dos Debenturistas da Quarta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, exceto pelos ônus constituídos nos termos deste Contrato, das Escrituras de Emissão, do Contrato de Compra e Venda de Debêntures e do Contrato de Troca de Risco;
- (k) não existe qualquer reivindicação, demanda, ação judicial, inquérito ou processo judicial ou administrativo pendente ou, tanto quanto a Invepar tenha conhecimento, ajuizado, instaurado ou requerido perante qualquer árbitro, juízo ou qualquer outra autoridade com relação aos Bens Objeto da Garantia Real e à Garantia Real que, por si ou em conjunto com qualquer outro, tenha afetado ou possa vir a afetar, por qualquer forma, a presente garantia e/ou a capacidade da Invepar, de efetuar os pagamentos ou de honrar suas demais obrigações previstas neste Contrato, nas Escrituras de Emissão, no Contrato de Compra e Venda de Debêntures, no Contrato de Troca de Risco ou no Primeiro Aditamento ao Contrato de Administração de Conta. A Invepar garante e declara estar em dia com todas as suas obrigações legais e regulatórias relativas aos Bens Objeto da Garantia Real; e
- (l) todas as declarações e garantias relacionadas à Invepar e a LAMBRA, que constam deste Contrato, das Escrituras de Emissão, do Contrato de Compra e Venda de Debêntures, do Contrato de Troca de Risco e do Primeiro Aditamento ao Contrato de Administração de Conta, conforme aplicável, são, na data de assinatura deste Contrato, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes.



4.3. A Invepar compromete-se a notificar o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e o Agente Fiduciário da Quarta Emissão caso quaisquer das declarações prestadas neste Contrato, com relação a si, tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incorretas ou incompletas, em 1 (um) Dia Útil após a ciência de tal fato pela Invepar.

CLÁUSULA QUINTA – EXCUSSÃO DA GARANTIA

5.1 Mediante a decretação do vencimento antecipado das Debêntures da Terceira Emissão ou o vencimento final das Debêntures da Terceira Emissão sem a quitação dos valores devidos ou a decretação do vencimento antecipado das Debêntures da Quarta Emissão ou o vencimento final das Debêntures da Quarta Emissão sem a quitação dos valores devidos ou o inadimplemento pecuniário do Contrato de Compra e Venda de Debêntures ou do Contrato de Troca de Risco, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o Agente Fiduciário da Quarta Emissão ou o FIP, conforme o caso, ficam autorizados, de forma irrevogável e irretroatável, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial a quaisquer das Partes, a dispor judicial ou extrajudicialmente dos Bens Empenhados, no caso das Debêntures da Terceira Emissão, e/ou dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no caso das Debêntures da Terceira Emissão, do Contrato de Compra e Venda de Debêntures, das Debêntures da Quarta Emissão e do Contrato de Troca de Risco, e a aplicar os respectivos recursos no pagamento das Obrigações Garantidas, agindo diretamente ou por meio de quaisquer de seus procuradores ou prestadores de serviço por ele contratados, às expensas da Invepar. O Agente Fiduciário da Terceira Emissão, em benefício dos Debenturistas da Terceira Emissão, o FIP e o Agente Fiduciário da Quarta Emissão, em benefício dos Debenturistas da Quarta Emissão, consolidarão a propriedade sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, nos termos do Contrato entre Credores, e terão o direito de exercer, com relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, todos os direitos e poderes a eles conferidos por este Contrato e pela lei aplicável, podendo, a seu exclusivo critério (e no caso das Debêntures, a exclusivo critério dos Debenturistas) e observado o disposto no Contrato entre Credores, (i) ceder, transferir, alienar e/ou de outra forma excutir os Bens Objeto da Garantia Real, no todo ou em parte, por meio de venda pública ou privada, cessão, transferência judicial ou extrajudicial ou por qualquer outro meio a terceiros, inclusive venda amigável prevista no inciso IV, do artigo 1.433, do Código Civil, tudo independentemente de qualquer avaliação, leilão, praça, ou quaisquer outras medidas judiciais ou extrajudiciais, desde que não por preço vil e aplicar os respectivos recursos para satisfação das Obrigações Garantidas, (ii) utilizar os recursos decorrentes do pagamento dos Bens Objeto da Garantia Real, incluindo os recursos recebidos em decorrência da titularidade das Ações Empenhadas Lamsa, conforme disposto no inciso V do artigo 1.433 do Código Civil no pagamento, total ou parcial, das Obrigações Garantidas, sendo que, no caso de pagamento parcial, os recursos deverão ser aplicados de acordo com o inciso III, do artigo 1.435, do Código Civil; (iii) realizar o pagamento da remuneração das Debêntures da Terceira Emissão e das Debêntures da Quarta Emissão, nos termos das Escrituras de Emissão; (iv) realizar o pagamento de quaisquer valores de principal das Debêntures da Terceira Emissão e das Debêntures da Quarta Emissão, devidos nos termos das Escrituras de Emissão; (v) realizar o pagamento de qualquer valor principal ou acessório devido nos termos do Contrato de Compra e Venda de Debêntures; e (vi) realizar o pagamento de qualquer valor principal ou acessório devido nos termos do Contrato de Troca de Risco. Após o integral pagamento das Obrigações Garantidas, e após a dedução/pagamento de qualquer Tributo devido nos termos da legislação aplicável com relação ao pagamento das Obrigações Garantidas, esses montantes assim recebidos que eventualmente excedam as Obrigações Garantidas deverão ser devolvidos à Invepar no prazo de 2 (dois) Dias Úteis após o referido pagamento e/ou dedução.

5.2. Na hipótese de ocorrência (i) de vencimento antecipado das Debêntures da Terceira Emissão ou vencimento final das Debêntures da Terceira Emissão sem quitação dos valores devidos, e para os fins das matérias tratadas nesta Cláusula Quinta, a Invepar nomeia em caráter irrevogável e irretroatável, o Agente Fiduciário da Terceira Emissão como procurador, (ii) de



inadimplemento pecuniário do Contrato de Compra e Venda de Debêntures ou do Contrato de Troca de Risco, e para os fins das matérias tratadas nesta Cláusula Quinta, a Invepar nomeia em caráter irrevogável e irretratável, o FIP como procurador, e (iii) de vencimento antecipado das Debêntures da Quarta Emissão ou vencimento final das Debêntures da Quarta Emissão sem quitação dos valores devidos, e para os fins das matérias tratadas nesta Cláusula Quinta, a Invepar nomeia em caráter irrevogável e irretratável, o Agente Fiduciário da Quarta Emissão como procurador, por meio de instrumento particular de procuração em favor do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, do FIP e do Agente Fiduciário da Quarta Emissão, na forma do Anexo V, Anexo VI e do Anexo VII a este Contrato. Tal procuração é outorgada como condição deste Contrato, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações no mesmo estabelecidas, nos termos do artigo 684, do Código Civil.

5.3. A Invepar, por este ato, de forma irrevogável e irretratável, obriga-se a renovar a procuração outorgada ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, ao FIP e ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão nos termos da Cláusula 4.1, item (v) sempre que necessário, durante a vigência deste Contrato, outorgando-lhe novas procurações pelo prazo máximo permitido de acordo com os documentos societários da Invepar e com a lei aplicável.

5.4. A Invepar neste ato renuncia, em favor dos Debenturistas da Terceira Emissão, do FIP e dos Debenturistas da Quarta Emissão, a qualquer privilégio legal que possa afetar a livre e integral executabilidade ou exercício de quaisquer direitos do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, do FIP e do Agente Fiduciário da Quarta Emissão nos termos deste Contrato, estendendo-se referida renúncia, inclusive e sem qualquer limitação, a quaisquer direitos de preferência ou direitos relativos à posse indireta da garantia por parte dos Debenturistas da Terceira Emissão, do FIP e dos Debenturistas da Quarta Emissão ou outros previstos na legislação aplicável ou em qualquer documento, incluindo o estatuto social da Invepar e qualquer acordo de acionistas.

5.5. A eventual excussão parcial da garantia não afetará os termos, condições e proteções deste Contrato em benefício dos Debenturistas da Terceira Emissão, do FIP e dos Debenturistas da Quarta Emissão, sendo que o presente Contrato permanecerá em vigor até a data de liquidação de todas as Obrigações Garantidas.

5.6. Todas as despesas necessárias e devidamente comprovadas que venham a ser incorridas pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins de excussão da garantia objeto do presente instrumento, além de eventuais tributos, encargos, taxas e comissões, integrarão o valor das Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, todas as despesas necessárias e devidamente comprovadas que venham a ser incorridas pelo FIP, inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins de excussão da garantia objeto do presente instrumento, além de eventuais tributos, encargos, taxas e comissões, integrarão o valor das Obrigações Garantidas Contrato, todas as despesas necessárias e devidamente comprovadas que venham a ser incorridas pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins de excussão da garantia objeto do presente instrumento, além de eventuais tributos, encargos, taxas e comissões, integrarão o valor das Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão, e todas as despesas necessárias e devidamente comprovadas que venham a ser incorridas pelo FIP, inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins de excussão da garantia objeto do presente instrumento, além de eventuais tributos, encargos, taxas e comissões, integrarão o valor das Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco.

5.7. A excussão dos Bens Objeto da Garantia Real na forma aqui prevista será procedida de forma independente e em adição a qualquer outra execução de garantia, real ou pessoal, concedida aos Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão,



nos demais contratos celebrados no âmbito da Terceira Emissão. A excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente na forma aqui prevista será procedida de forma independente e em adição a qualquer outra execução de garantia, real ou pessoal, concedida ao FIP. A excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente na forma aqui prevista será procedida de forma independente e em adição a qualquer outra execução de garantia, real ou pessoal, concedida aos Debenturistas da Quarta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, nos demais contratos celebrados no âmbito da Quarta Emissão

5.8. O Agente Fiduciário da Terceira Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas da Terceira Emissão, reconhece e concorda que quaisquer atos que causem a transferência do controle acionário da Lamsa, incluindo, sem se limitar, à excussão das Ações Empenhadas Lamsa, estão sujeitos e dependerão de prévia aprovação, em conformidade com as disposições da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada.

5.9. A Lamsa e a Invepar desde já concordam que, para a realização da excussão, caso as Ações Empenhadas Lamsa estejam mantidas sob custódia/escrituração pelas instituições prestadoras de serviços de escrituração das Ações Empenhadas Lamsa e/ou custodiantes das Ações Empenhadas Lamsa, conforme aplicável, não será necessária qualquer anuência ou aprovação da Lamsa ou da Invepar, estando o agente escriturador das ações ou custodiante, conforme o caso, desde já autorizado a realizar a transferência da titularidade das Ações Empenhadas Lamsa de acordo com as instruções do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, representando a comunhão de interesses dos Debenturistas da Terceira Emissão.

5.10. Na hipótese de excussão ou execução da garantia objeto deste Contrato, a Invepar, neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, renuncia ao seu direito de sub-rogação com relação a todos os direitos, ações, privilégios e garantias (i) dos Debenturistas da Terceira Emissão, na condição de credores das Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, (ii) do FIP, na condição de credor das Obrigações Garantidas Contrato e das Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco, e (iii) dos Debenturistas da Quarta Emissão, na condição de credores das Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão, ficando acordado, desde já, que a Invepar não terá, após a liquidação das Obrigações Garantidas, qualquer pretensão ou direito de ação para reaver (i) da Lamsa, qualquer valor pago com relação às Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão; e/ou (ii) do terceiro adquirente dos Bens Objeto da Garantia Real, qualquer valor pago com relação à alienação e transferência dos Bens Objeto da Garantia Real. Não obstante o disposto nesta cláusula, a Invepar reconhece que a ausência de sub-rogação não implica em enriquecimento sem causa, por parte da Lamsa e/ou do terceiro adquirente dos Bens Objeto da Garantia Real.

CLÁUSULA SEXTA – DAS NOTIFICAÇÕES

6.1. Todos os documentos e as comunicações por qualquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser realizadas por escrito e encaminhadas para os seguintes endereços:

(a) Se para a Invepar:

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

Avenida Almirante Barroso nº 52, salas 3001 e 3002, Centro

CEP 20031-000, Rio de Janeiro, RJ

Tel.: +55 (21) 2211-1398 / +55 (21) 2211-1365

Fax: +55 (21) 2211-1300

At.: Srs. Erik Breyer, Rodrigo de Oliveira Torres e Veridiana Marchevsky

E-mail: erik.breyer@invepar.com.br / rodrigo.torres@invepar.com.br /

veridiana.marchevsky@invepar.com.br



(b) Se para a Lamsa:

LINHA AMARELA S.A. – LAMSA

Avenida Carlos Lacerda, s/n, Praça do Pedágio – Água Santa

CEP 20.745-150, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. João Neto

Tel.: +55 (21) 2211-1300

E-mail: joao.neto@invepar.com.br

(c) Se para a LAMBRA:

LINEA AMARILLA BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Almirante Barroso nº 52, salas 3001 e 3002, Centro

CEP 20031-000, Rio de Janeiro, RJ

Tel.: +55 (21) 2211-1300

At.: Erik Breyer, Rodrigo de Oliveira Torres e Veridiana Marchevsky

E-mail: erik.breyer@invepar.com.br / rodrigo.torres@invepar.com.br /

veridiana.marchevsky@invepar.com.br

(d) Se para o Agente Fiduciário da Terceira Emissão:

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar

Cep 20.050-005, Rio de Janeiro - RJ

Tel./Fax: +55 (21) 2507-1949

At: Carlos Alberto Bacha / Rinaldo Rabello Ferreira / Matheus Gomes Faria

E-mail: carlos.bacha@simplificpavarini.com.br / rinaldo@simplificpavarini.com.br /

matheus@simplificpavarini.com.br

(e) Se para o FIP:

MUBADALA CAPITAL IAV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISSETORIAL

Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, São Paulo, Brasil

Tel: +55 (11) 3133-0350

At: Rodrigo Martins Cavalcante e/ou Daniela A. Bonifacio Borovicz

E-mail: juridico.fundos@brltrust.com.br

(f) Se para o Agente Fiduciário da Quarta Emissão:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca Cep 22.640-102, Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: +55 (21) 3385-4565 / +55 (21) 3385-4046

At: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

E-mail: garantia@pentagonotrustee.com.br

6.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues ao destinatário (i) sob protocolo, “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



ou por telegrama, nos endereços acima; ou (ii) quando da confirmação do recebimento da transmissão via fax (*answer back*), via e-mail, ou qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins desta Cláusula Sexta, será considerada válida a confirmação do recebimento via fax, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

6.3. A Lamsa concorda que, uma vez notificada a Invepar, a Lamsa dar-se-á, automaticamente, e para todos os fins do presente instrumento, por também notificada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. O presente Contrato institui um direito de garantia permanente sobre os Bens Objeto da Garantia Real e deverá: (i) permanecer em pleno vigor até a liquidação integral de todas as Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, na forma prevista na Escritura da Terceira Emissão, de todas as Obrigações Garantidas Contrato, na forma prevista no Contrato de Compra e Venda de Debêntures, de todas as Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão, na forma prevista na Escritura da Quarta Emissão, e de todas as Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco, na forma prevista no Contrato de Troca de Risco; (ii) vincular a Invepar, seus sucessores, herdeiros e cessionários autorizados; e (iii) beneficiar os Debenturistas da Terceira Emissão, sempre representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e os Debenturistas da Quarta Emissão, sempre representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão.

7.1.1. O Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o Agente Fiduciário da Quarta Emissão e o FIP poderão, a qualquer tempo, ceder ou outorgar participações de parte ou da totalidade dos direitos relativos ao presente Contrato a terceiros que adquiram parcela correspondente das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura da Terceira Emissão, da Escritura da Quarta Emissão, do Contrato de Compra e Venda de Debêntures e do Contrato de Troca de Risco; entretanto, a Invepar não poderá ceder ou outorgar participações de parte ou da totalidade dos direitos e/ou obrigações relativos ao presente Contrato a terceiros, salvo se com o prévio e expresse consentimento, por escrito, do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, do Agente Fiduciário da Quarta Emissão e do FIP.

7.1.2. Caso este Contrato venha a ser cedido nos termos da Cláusula 7.1.1 acima, as Partes se obrigam a celebrar aditivo a este Contrato, para refletir a inclusão dos cessionários, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento de notificação da Parte cedente informando sobre a referida cessão.

7.2. O Agente Fiduciário da Terceira Emissão atua como representante dos Debenturistas da Terceira Emissão e o Agente Fiduciário da Quarta Emissão atua como representante dos Debenturistas da Quarta Emissão, nos termos do artigo 66 e seguintes, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que os direitos decorrentes deste Contrato são de titularidade dos Debenturistas da Terceira Emissão e dos Debenturistas da Quarta Emissão.

7.3. O não exercício pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, pelo FIP e pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, de quaisquer dos direitos assegurados por este Contrato ou por lei não constituirá precedente, nem significará alteração ou novação das cláusulas e condições ora estabelecidas, não prejudicando o exercício destes direitos em época subsequente ou em idêntica ocorrência posterior.

7.4. Nenhum termo ou condição contido no presente Contrato poderá ser objeto de renúncia,



aditamento ou modificação, salvo se forem formalizados por escrito e assinados pelas Partes. A renúncia expressa por escrito a um determinado direito não deverá ser considerada como renúncia a qualquer outro direito.

7.5. A Garantia Real instituída pelo presente Contrato será adicional a, e sem prejuízo de quaisquer outras garantias ou direito real de garantia outorgado pela Invepar ou por qualquer terceiro como garantia das Obrigações Garantidas e, observado o Contrato entre Credores, poderá ser executada de forma isolada, alternativa ou conjuntamente com qualquer outra garantia ou direito real de garantia independentemente de qualquer ordem ou preferência. Uma vez (i) quitadas e cumpridas de forma integral as Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, cessarão os remédios e prerrogativas outorgados aos Debenturistas da Terceira Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, (ii) quitadas e cumpridas de forma integral as Obrigações Garantidas Contrato e as Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco, cessarão os remédios e prerrogativas outorgados ao FIP, cessarão os remédios e prerrogativas outorgados ao FIP, e (iii) quitadas e cumpridas de forma integral as Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão, cessarão os remédios e prerrogativas outorgados aos Debenturistas da Quarta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, devendo o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e/ou o Agente Fiduciário da Quarta Emissão devolverem, conforme o caso, em 2 (dois) Dias Úteis à Invepar os resultados ou valores excedentes, se houver, àqueles necessários ao integral adimplemento das Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, das Obrigações Garantidas Contrato, das Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco e/ou das Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão, bem como informar os valores arrecadados com a execução da Garantia Real prevista neste Contrato, a quitação das Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, das Obrigações Garantidas Contrato, das Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco e/ou das Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão, bem como a existência de eventuais valores excedentes a serem devolvidos à Invepar ou, conforme o caso, o saldo em aberto das Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão, das Obrigações Garantidas Contrato, das Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco e/ou das Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão, que ainda permanecerem pendentes de satisfação.

7.6. O exercício pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, pelo FIP e/ou pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão de quaisquer de seus direitos ou recursos previstos neste Contrato não exonerará a Invepar de quaisquer de seus respectivos deveres ou obrigações, nos termos deste Contrato, das Escrituras de Emissão, do Contrato de Compra e Venda de Debêntures, do Contrato de Troca de Risco, do Primeiro Aditamento ao Contrato de Administração de Conta, ou ainda documentos e instrumentos a eles relativos.

7.7. As disposições deste Contrato obrigam as Partes e seus sucessores a qualquer título.

7.8. Este Contrato e os Anexos que o integram, em conjunto com as Escrituras de Emissão, o Contrato de Compra e Venda de Debêntures, o Contrato de Troca de Risco e o Primeiro Aditamento ao Contrato de Administração de Contas, contemplam o acordo integral estabelecido entre as Partes com relação ao objeto deste Contrato. Todas as alterações deste Contrato deverão ser feitas por escrito na forma de aditamento, mediante acordo entre as Partes e devidamente assinados e registrados.

7.9. Salvo disposto de forma diversa neste Contrato, todos os termos e condições das Escrituras de Emissão, do Contrato de Compra e Venda de Debêntures e do Contrato de Troca de Risco aplicam-se total e automaticamente a este Contrato, *mutatis mutandis*, e deverão ser considerados como uma parte integrante deste, como se estivessem transcritos neste Contrato. Os termos iniciados com letra maiúscula utilizados, mas não definidos, neste Contrato, deverão ser



interpretados de acordo com os significados a eles atribuídos nos termos das Escrituras de Emissão, no Contrato de Compra e Venda de Debêntures ou no Contrato de Troca de Risco, conforme aplicável. Todos os termos no singular definidos neste Contrato deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. As expressões “deste instrumento”, “neste instrumento” e “conforme previsto neste instrumento” e palavras da mesma importância quando empregadas neste Contrato, a não ser que de outra forma exigido pelo contexto, referem-se a este Contrato como um todo e não a uma disposição específica deste Contrato, e referências à cláusula, subcláusula, itens, adendo e anexo estão relacionadas a este Contrato a não ser que de outra forma especificado. Todos os termos definidos neste Contrato terão as definições a eles atribuídas neste instrumento quando utilizados em qualquer certificado ou documento celebrado ou formalizado de acordo com os termos aqui previstos.

7.9.1. Todas e quaisquer referências a “Agente Fiduciário da Terceira Emissão” neste Contrato significam e sempre deverão ser consideradas como referências ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, na qualidade de representante e mandatário dos Debenturistas da Terceira Emissão e no interesse destes. Todas e quaisquer referências a “Agente Fiduciário da Quarta Emissão” neste Contrato significam e sempre deverão ser consideradas como referências ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão, na qualidade de representante e mandatário dos Debenturistas da Quarta Emissão e no interesse destes.

7.10. Todas as comunicações e notificações exigidas ou permitidas nos termos do presente Contrato deverão ser feitas por escrito, e serão consideradas válidas, a não ser que de outra forma prevista, se enviadas mediante carta registrada ou por fax ou por correio eletrônico para os endereços indicados na Cláusula Sexta acima.

7.11. Caso qualquer disposição do presente Contrato seja considerada nula, ilegal ou inexecutável, no todo ou em parte, não afetará as demais disposições deste Contrato, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento integral, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição deste Contrato, as Partes deverão negociar de boa-fé, de forma a chegar a um acordo na redação de uma nova cláusula que seja satisfatória a qual reflita suas intenções, conforme expressas no presente Contrato, a qual substituirá aquela considerada nula, ilegal ou inexecutável.

7.12. O presente Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA – DA LEI APLICÁVEL E FORO

8.1. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis brasileiras.

8.2. Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato, fica desde já eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes o presente Contrato, em 8 (oito) vias idênticas, na presença das testemunhas abaixo.



ANEXO I
DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

A. Obrigações Garantidas Debêntures da Terceira Emissão:

As expressões “Emissão”, “Data de Vencimento”, “Debêntures”, “Juros Remuneratórios”, “Valor Nominal Unitário Atualizado”, dentre outras, constantes deste item A, quando não expressamente indicado, deverão ser lidas com relação à Terceira Emissão.

Escritura da Terceira Emissão

- (a) **Valor da Emissão:** R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido), passando para R\$313.740.000,00 (trezentos e treze milhões, setecentos e quarenta mil reais) em 23 de dezembro de 2016 em função da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado (conforme termo definido na Escritura da Terceira Emissão).
- (b) **Prazo de vencimento:** As Debêntures da Terceira Emissão terão prazo de vigência de 9 (nove) anos contados de 15 de outubro de 2015 (“Data de Emissão”), vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2024.
- (c) **Amortização do Principal:** O Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura da Terceira Emissão) será amortizado em 7 (sete) parcelas, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2018 e os demais pagamentos nas datas e nas proporções indicadas na tabela abaixo, conforme tabela abaixo:

Data de Amortização	Parcela do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizada
15 de outubro de 2018	1,5 %
15 de outubro de 2019	2,5 %
15 de outubro de 2020	12,5 %
15 de outubro de 2021	17,5 %
15 de outubro de 2022	20,0%
15 de outubro de 2023	25,0%
15 de outubro de 2024	Saldo

- (d) **Remuneração:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista na Escritura da Terceira Emissão.

Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes ao percentual determinado pela tabela apresentada abaixo, de acordo com tempo do cálculo de tais juros remuneratórios (“Juros Remuneratórios” e, em conjunto com a Atualização Monetária, a “Remuneração”):



MOMENTO DO CÁLCULO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS	JUROS REMUNERATÓRIOS AO ANO, BASE 252 (DUZENTOS E CINQUENTA E DOIS) DIAS ÚTEIS
Entre a Data de Emissão e até o 36º mês (inclusive) contados desde a Data de Emissão.	11,9353%
A partir do 36º e até o 48º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,2837%
A partir do 48º e até o 60º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,6320%
A partir do 60º e até o 72º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,9804%
A partir do 72º e até o 84º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	13,3287%
A partir do 84º e até o 96º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	13,6770%
A partir do 96º mês contado desde a Data de Emissão e até a Data de Vencimento.	14,0254%

Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme abaixo definido), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo.

$$J = VNa \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 08 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa}}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = Conforme tabela a seguir:



Minuta anexa à AGD da 3ª Emissão realizada em 28.11.2017

	TAXA
Entre a Data de Emissão e até o 36º mês (inclusive) contados desde a Data de Emissão.	11,9353%
A partir do 36º e até o 48º (inclusive) meses contados desde a Data de Emissão.	12,2837%
A partir do 48º e até o 60º (inclusive) meses contados desde a Data de Emissão.	12,6320%
A partir do 60º e até o 72º (inclusive) meses contados desde a Data de Emissão.	12,9804%
A partir do 72º e até o 84º (inclusive) meses contados desde a Data de Emissão.	13,3287%
A partir do 84º e até o 96º (inclusive) meses contados desde a Data de Emissão.	13,6770%
A partir do 96º mês contado desde a Data de Emissão e até a Data de Vencimento.	14,0254%

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Define-se “Período de Capitalização das Debêntures” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao Período de Capitalização das Debêntures em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

- (e) Local de Pagamento: Os pagamentos a que os Debenturistas da Terceira Emissão fizerem jus serão efetuados pela Invepar utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou dos procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA. As Debêntures que, por solicitação do respectivo Debenturista ou outro motivo previsto na regulamentação aplicável, não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador ou na sede da Invepar.
- (f) Penalidades e Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Invepar, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures da Terceira Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Invepar ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento da Remuneração, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.
- (g) Resgate Antecipado Facultativo: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipada e facultativamente a totalidade das Debêntures da Terceira Emissão, a



qualquer tempo a partir do 13º (décimo terceiro) mês das Debêntures da Terceira Emissão (inclusive), contados a partir da Data de Emissão, mediante (i) comunicação escrita aos titulares das Debêntures da Terceira Emissão, ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do resgate antecipado; e (ii) mediante o pagamento, pela Emissora, aos titulares de Debêntures da Terceira Emissão de um prêmio *flat* correspondente a 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo (“Prêmio de Resgate Antecipado”).

- (h) Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado: Na hipótese de: (i) realização de aumento de capital social via processo de abertura de capital em bolsa (IPO) ou aporte dos atuais acionistas da Emissora; (ii) operação de *private placement*; e/ou (iii) venda de ativos/participações societárias a terceiros não integrantes do grupo econômico da Emissora, a Emissora deverá realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures da Terceira Emissão, endereçada a todos os Debenturistas da Terceira Emissão, sem distinção, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do respectivo evento (“Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado”). Os Debenturistas da Terceira Emissão que participarem da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado farão jus ao recebimento do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios e de prêmio *flat* correspondente a 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, até a data do efetivo resgate antecipado decorrente da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado, exclusive, além dos demais encargos devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado.
- (i) Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial: Na hipótese de: (i) realização de aumento de capital social via processo de abertura de capital em bolsa (IPO) ou aporte dos atuais acionistas da Emissora, (ii) operação de *private placement* e/ou (iii) venda de ativos/participações societárias a terceiros não integrantes do grupo econômico da Emissora; a Emissora deverá utilizar, sem qualquer dedução, os recursos recebidos de tais operações descritas nos itens (i), (ii) e (iii) acima para realizar a amortização extraordinária obrigatória parcial das Debêntures, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do respectivo evento (“Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial”), exceto nos casos previstos na Escritura da Terceira Emissão. A Emissora deverá realizar a amortização extraordinária pela parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizada, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e de prêmio *flat* correspondente a 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) incidente sobre o valor da parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial.

B. Obrigações Garantidas Contrato:

Para fins de cumprimento do artigo 1.362 do Código Civil Brasileiro e do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, as Partes contratantes confirmam que as Obrigações Garantidas Contrato asseguradas



pelo presente Contrato, caso o Contrato de Compra e Venda de Debêntures venha a ser celebrado, terão os termos e condições gerais abaixo descritos. No entanto, caso o Contrato de Compra e Venda de Debêntures venha a ser celebrado e haja conflito entre os termos e condições abaixo descritos e os constantes no Contrato de Compra e Venda de Debêntures, os termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Debêntures deverão prevalecer.

Contrato de Compra e Venda de Debêntures

- (a) Opção de Venda: Opção irrevogável e irretroatável do FIP de revender à LAMBRA a totalidade das Debêntures a serem adquiridas pelo FIP após a consumação das operações decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Debêntures (“Opção de Venda”).
- (b) Preço de Venda Unitário: O preço a ser pago por Debênture, sujeito ao exercício pelo FIP da Opção de Venda após a Data Inicial de Exercício da Opção, ou mediante a ocorrência de qualquer Evento de Antecipação da Opção de Venda, será equivalente ao “Valor Nominal Unitário Atualizado”, calculado nos termos do item 5.10.1 da Escritura da Terceira Emissão, conforme divulgado pelo Agente Fiduciário das Debêntures para a data de Fechamento da Opção de Venda (“PU de Venda”). Adicionalmente ao PU de Venda, será devido pela LAMBRA ou pelo FIP, conforme o caso, um montante calculado conforme fórmula abaixo (“Ajuste de Remuneração Unitário”):

$$\text{ajuste de Remuneração Unitário} = (VNC \times \Delta\text{Dólar} \times (1 + JR)^{\frac{DU}{252}}) - PU_p$$

“VNC” significa o Valor Nominal Corrente, equivalente à soma dos valores calculados de acordo com os itens (a) e (b) da Cláusula 2.2 do Contrato de Compra e Venda de Debêntures, conforme descritos abaixo:

(a) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme definido na Escritura da Terceira Emissão, no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Implementação da Aquisição (conforme definido na Cláusula 4.1 do Contrato de Compra e Venda de Debêntures); *mais* (b) a Remuneração das Debêntures acumulada desde a Data de Emissão até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Implementação da Aquisição.

“ΔDólar” significa a PTAX (média aritmética em reais das cotações de venda e de compra da taxa de câmbio do dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil) do Dia Útil imediatamente anterior ao Fechamento da Opção de Venda ou ao Fechamento da Opção de Compra, conforme o caso, dividido pela PTAX (média aritmética em reais das cotações de venda e de compra da taxa de câmbio do dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil) de 6 de dezembro de 2017, observado o disposto na Cláusula 6.3.3.

“JR” significa a taxa de “Juros Remuneratórios” determinada conforme item 5.10.2 da Escritura da Terceira Emissão a ser aplicada de acordo com o momento do cálculo de tais “Juros Remuneratórios” conforme a tabela abaixo:

MOMENTO DO CÁLCULO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS	TAXA DE JUROS AO ANO (BASE 252 DIAS ÚTEIS)
--	---



MOMENTO DO CÁLCULO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS	TAXA DE JUROS AO ANO (BASE 252 DIAS ÚTEIS)
Entre a Data de Emissão e até o 36º mês (inclusive) contado desde a Data de Emissão.	11,9353%
A partir do 36º e até o 48º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,2837%
A partir do 48º e até o 60º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,6320%
A partir do 60º e até o 72º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	12,9804%
A partir do 72º e até o 84º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	13,3287%
A partir do 84º e até o 96º (inclusive) mês contados desde a Data de Emissão.	13,6770%
A partir do 96º mês contado desde a Data de Emissão e até a “Data de Vencimento” definida como 15 de outubro de 2024 conforme item 5.8 da Escritura da Terceira Emissão.	14,0254%

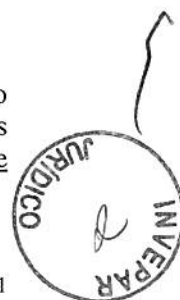
“DU” significa o número de Dias Úteis contados entre 6 de dezembro de 2017 e o Dia Útil imediatamente anterior à data de Fechamento da Opção de Compra ou à data de Fechamento da Opção de Venda, conforme o caso.

“PU” significa o somatório do valor pago em amortização, resgate ou aquisição pela Invepar e/ou pela LAMBRA (inclusive em resultado do exercício da Opção de Compra ou da Opção de Venda, conforme o caso) por Debênture no sistema de liquidação de operações de balcão organizado da B3, em qualquer caso após a Data de Implementação da Aquisição, calculado pelo Agente Fiduciário das Debêntures, conforme definido na Escritura da Terceira Emissão.

- (c) Valor de Venda. O valor total a ser pago pela LAMBRA ao FIP no contexto da Opção de Venda será equivalente ao PU de Venda multiplicado pelo número de Debêntures a serem transferidas pelo FIP à LAMBRA, isto é, 15.690 (quinze mil, seiscentas e noventa) Debêntures (“PU Total de Venda”), somado ao Ajuste de Remuneração Total caso este seja um valor positivo (“Valor de Venda”). Caso o Ajuste de Remuneração Total seja um valor negativo, o Valor de Venda será equivalente ao PU Total de Venda deduzido do Ajuste de Remuneração Total e, concomitantemente ao Fechamento da Opção de Venda ou ao Fechamento da Opção de Compra, conforme o caso, o Comprador deverá pagar à Vendedora o valor referente ao Ajuste de Remuneração Total negativo. Para fins de clareza, o Valor de Venda será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Valor de Venda} = (\text{PU de Venda} \cdot 15.690) + (\text{Ajuste de Remuneração Unitário} \cdot 15.690)$$

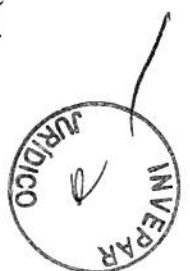
- (d) Opção de Compra: Opção irrevogável e irretroatável da LAMBRA de recomprar do FIP a totalidade das Debêntures a serem adquiridas pelo FIP após a consumação das operações decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Debêntures (“Opção de



Compra”), que será exercível pela LAMBRA a qualquer tempo a partir da Data de Implementação da Aquisição.

- (e) Preço da Opção de Compra: O preço a ser pago pela LAMBRA ao FIP, sujeito ao exercício pela LAMBRA da Opção de Compra, será equivalente ao Valor de Venda.
- (f) Ajustes ao Valor de Venda: Conforme cláusulas 6.3.4 e 6.4.4 do Contrato de Compra e Venda de Debêntures.
- (g) Penalidades por Atraso e Retenção de Título: O descumprimento: (i) pela LAMBRA de sua obrigação de pagamento do Valor de Venda, conforme ajustado pelo Ajuste de Remuneração Total (conforme definidos no Contrato de Compra e Venda de Debêntures), no caso de exercício da Opção de Venda ou da Opção de Compra, conforme aplicável; e/ou (ii) pela Invepar de sua obrigação solidária prevista na Cláusula 6.7 do Contrato de Compra e Venda de Debêntures: (a) autoriza o FIP a reter a propriedade das Debêntures; (b) é enquadrado como um “Evento de Vencimento Antecipado” de acordo com o item 5.17(b) da Escritura da Terceira Emissão, que autoriza o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a declarar o vencimento antecipado das Debêntures e demandar o pagamento imediato, pela Invepar, de todas as obrigações pendentes de pagamento lá previstas; e (c) autoriza o FIP a aplicar uma multa não compensatória por descumprimento à LAMBRA e/ou à Invepar equivalente ao montante total do Valor de Venda calculado no Dia Útil imediatamente anterior ao pagamento efetivo, mais juros de 12% (doze por cento) ao ano, em base *pro rata temporis*, baseado em um ano com 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis e calculado utilizando a mesma metodologia prevista no item 5.10.2 da Escritura da Terceira Emissão, a partir da data originalmente prevista na respectiva notificação para o Fechamento da Opção de Compra ou para o Fechamento da Opção de Venda, conforme aplicável, até a data do pagamento efetivo, deduzida do Valor Unitário Nominal Atualizado das Debêntures retidas pelo FIP de acordo com o item (a) acima, calculado no Dia Útil imediatamente anterior ao pagamento efetivo.
- (h) Demais Obrigações: A violação das obrigações descritas no anexo do Contrato de Compra e Venda de Debêntures, pela Invepar, bem como por suas afiliadas, assessores ou representantes, fará com que a Invepar seja responsável pelo pagamento de uma multa não compensatória no montante, por violação, de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), estando o FIP autorizado a buscar compensação por perdas e danos suplementares que venham a ser incorridos pelo FIP e quaisquer outros remédios legalmente disponíveis ao FIP, incluindo reembolso de custas judiciais e honorários advocatícios. Ainda, o descumprimento da obrigação de pagar os valores descritos no anexo do Contrato de Compra e Venda de Debêntures, no prazo de 10 (dez) dias, sujeitará a Invepar, nos termos descritos no Contrato de Compra e Venda de Debêntures, aos seguintes encargos que incidirão sobre o montante total devido e não pago: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*; mais (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) em relação ao valor total devido; mais (iii) correção monetária calculada sobre a variação positiva do índice IPCA a partir da data em que o pagamento for devido até a data do pagamento efetivo.

C. Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão:



As expressões “Emissão”, “Data de Vencimento”, “Debêntures”, “Juros Remuneratórios”, “Valor Nominal Unitário Atualizado”, dentre outras, constantes deste item C, quando não expressamente indicado, deverão ser lidas com relação à Quarta Emissão.

Escritura da Quarta Emissão

- (a) Valor da Emissão: O valor total da Emissão das Debêntures será de até R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (“Valor Total da Emissão”).
- (b) Prazo de vencimento: As Debêntures terão prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de dezembro de 2018 (“Data de Vencimento”).
- (c) Amortização do Principal: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado integralmente na Data de Vencimento.
- (d) Remuneração: O Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do IPCA, divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista na Escritura da Quarta Emissão.

Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à 11,9353% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos (“Juros Remuneratórios”) e, em conjunto com a Atualização Monetária, a “Remuneração”). Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, a partir da Data de Emissão até de seu efetivo pagamento (ou a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, do resgate antecipado decorrente da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado, da Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial, da Amortização Extraordinária Facultativa ou do vencimento antecipado das Debêntures.

Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

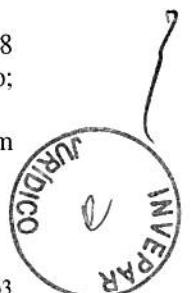
$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

Onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

taxa = 11,9353; e

DP = número de dias úteis entre a primeira Data de Integralização das Debêntures e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro.

- (e) Local de Pagamento: Os pagamentos a que os Debenturistas fizerem jus serão efetuados pela Emissora utilizando-se dos procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures que, por solicitação do respectivo Debenturista ou outro motivo previsto na regulamentação aplicável, não estiverem custodiadas eletronicamente na B3, terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador ou na sede da Emissora.
- (f) Penalidades e Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento da Remuneração, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, ambos incidentes sobre as quantias em atraso (“Encargos Moratórios”).
- (g) Resgate Antecipado Facultativo Total: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipada e facultativamente a totalidade das Debêntures da Quarta Emissão, ficando, para tanto, desde já autorizada pelos Debenturistas da Quarta Emissão a efetuar o resgate antecipado (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), mediante o pagamento pela Emissora aos titulares das Debêntures do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios e de um prêmio incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Prêmio de Resgate Antecipado”), de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Prêmio de Resgate Antecipado} = \left[\left(1 + \frac{11,9353}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right] - 1$$

Onde:

DP = número de Dias Úteis entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento, sendo “DP” um número inteiro.

- (h) Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado: Na hipótese de: (i) realização de aumento de capital social via processo de abertura de capital em bolsa (IPO) ou



aporte dos atuais acionistas da Emissora; (ii) operação de *private placement*; e/ou (iii) venda de ativos/participações societárias a terceiros não integrantes do grupo econômico da Emissora, a Emissora deverá realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures da Quarta Emissão, endereçada a todos os Debenturistas da Quarta Emissão, sem distinção, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do respectivo evento ("Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado"). Os Debenturistas da Quarta Emissão que participarem da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado farão jus ao recebimento do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate antecipado decorrente da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado e do Prêmio de Resgate Antecipado (conforme fórmula prevista no item (g) acima), além dos demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado.

- (i) Amortização Extraordinária Obrigatória: Na hipótese de: (i) realização de aumento de capital social via processo de abertura de capital em bolsa (IPO) ou aporte dos atuais acionistas da Emissora, (ii) operação de *private placement* e/ou (iii) venda de ativos/participações societárias a terceiros não integrantes do grupo econômico da Emissora; a Emissora deverá utilizar, sem qualquer dedução, os recursos recebidos de tais operações descritas nos itens (i), (ii) e (iii) acima para realizar a amortização extraordinária obrigatória parcial das Debêntures, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do respectivo evento ("Amortização Extraordinária Obrigatória"), exceto no caso previsto na Escritura da Quarta Emissão. A Emissora deverá realizar a amortização extraordinária por determinado percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios e de um prêmio incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão (ou data de amortização extraordinária imediatamente anterior) até a data da efetiva Amortização Extraordinária Obrigatória ("Prêmio de Amortização Antecipada"), de acordo com a fórmula abaixo, além dos demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Obrigatória.

$$\text{Prêmio de Amortização Antecipada} = \left[\left(1 + \frac{11,9353}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} - 1 \right]$$

Onde:

DP = número de Dias Úteis entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Obrigatória e a Data de Vencimento, sendo "DP" um número inteiro.

D. Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco:

Para fins de cumprimento do artigo 1.362 do Código Civil Brasileiro e do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, as Partes contratantes confirmam que as Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco asseguradas pelo presente Contrato têm os termos e condições gerais abaixo descritos. No entanto, caso haja conflito entre os termos e condições abaixo descritos e os constantes no Contrato de Troca de Risco, os termos e condições do Contrato de Troca de Risco deverão prevalecer.

Contrato de Troca de Risco

Contrato de Troca de Risco



- (a) Montante Total das Obrigações Garantidas: O valor total do ajuste a ser pago pela Invepar ao FIP, nos termos do Contrato de Troca de Risco, na respectiva Data de Pagamento da Remuneração, conforme definida na Escritura de Emissão, o qual será equivalente ao Ajuste de Remuneração Unitário (conforme abaixo definido) multiplicado por 65.000 (sessenta e cinco mil) (“Ajuste de Remuneração Total”), nas hipóteses em que o Ajuste de Remuneração Total seja um número positivo.
- (b) Ajuste de Remuneração Unitário: O ajuste de remuneração por Debênture será calculado conforme a fórmula abaixo (“Ajuste de Remuneração Unitário”):

$$\text{Ajuste de Remuneração Unitário} = VNU \cdot \Delta\text{Dólar} \cdot (1 + JR)^{\frac{DU}{252}} - PU_p$$

Onde:

“VNU” significa o Valor Nominal Unitário por Debênture na Data de Emissão, conforme definidos na Escritura de Emissão.

“ Δ Dólar” significa a PTAX do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, dividido pela PTAX de 6 de dezembro de 2017, observada a limitação à variação do dólar norte americano prevista no item (d) abaixo.

“PTAX” significa a média aritmética, em reais, das posições venda e compra da taxa de câmbio do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Central do Brasil ao final do respectivo dia, ou qualquer taxa oficial que venha a substituí-la em caso de sua extinção.

“JR” significa a taxa de 11,9353% (onze vírgula nove mil trezentos e cinquenta e três por cento).

“DU” significa o número de Dias Úteis contados entre 6 de dezembro de 2017 e o Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso.

“PU_p” significa o somatório do valor pago em amortização, resgate ou aquisição pela Invepar por Debênture no sistema de liquidação de operações de balcão organizado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em qualquer caso após a Data de Emissão, calculado pelo agente fiduciário das Debêntures, conforme definido na Escritura de Emissão.

- (c) Limitação à Variação do Dólar Americano: Desde que o principal e juros devidos em decorrência das Debêntures, bem como o Ajuste de Remuneração Total, sejam pagos tempestivamente e de forma integral, conforme aplicável, a variação da cotação do dólar norte-americano em relação ao real com base na definição de “ Δ Dólar” descrita no item (a) acima a ser aplicada para o cálculo do Ajuste de Remuneração Total, seja tal variação positiva ou negativa, estará limitada a 20% (vinte por cento) positivos ou 20% (vinte por cento) negativos, conforme o caso.



- (d) Data de Pagamento do Ajuste de Remuneração: O montante referente ao Ajuste de Remuneração Total será pago nas respectivas Datas de Pagamento da Remuneração.
- (e) Penalidades por Atraso: A Invepar reconhece que o descumprimento de sua obrigação de pagamento do Ajuste de Remuneração Total, na respectiva Data de Pagamento da Remuneração, conforme prevista na Escritura de Emissão, deverá autorizar o FIP a aplicar uma multa não compensatória por descumprimento à Invepar equivalente ao montante total do Ajuste de Remuneração Total, calculado no Dia Útil imediatamente anterior ao pagamento efetivo, mais juros de 12% (doze por cento) ao ano, em base *pro rata temporis*, baseado em um ano com 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis e calculado utilizando a mesma metodologia prevista na Cláusula 5.10.2 da Escritura de Emissão, a partir da respectiva Data de Pagamento da Remuneração, até a data do pagamento efetivo.



Minuta anexa à AGD da 3ª Emissão realizada em 28.11.2017

ANEXO II
AÇÕES EMPENHADAS LAMSA

ACIONISTAS	Nº de ações	% do Capital Social
INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.- INVEPAR	155.782.236	100,00%



**ANEXO III
MODELO DE ADITAMENTO**

[--] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTA E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente [--] Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças (doravante designado como "Aditamento") as partes (cada, uma "Parte" e, conjuntamente, as "Partes");

(a) **INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta sob a categoria "A" perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP 20031-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 03.758.318/0001-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Invepar");

(b) **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, CEP 20.050-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada nos termos de seu contrato social, na qualidade de agente fiduciário da Terceira Emissão (conforme abaixo definida), representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Terceira Emissão (conforme abaixo definidos) ("Agente Fiduciário da Terceira Emissão");

(c) **MUBADALA CAPITAL IAV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISSETORIAL**, um fundo de investimento em participações devidamente organizado e existente sob as leis do Brasil, registrado no CNPJ/MF sob o nº 25.167.377/0001-60, administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, registrado no CNPJ/MF sob o nº 23.025.053/0001-62, neste ato representada de acordo com seu contrato social ("FIP");

(d) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social; na qualidade de agente fiduciário da Quarta Emissão (conforme abaixo definida), representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Quarta Emissão (conforme abaixo definidos) ("Agente Fiduciário da Quarta Emissão");

e, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes,

(e) **LINHA AMARELA S.A. - LAMSA**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Carlos Lacerda, s/nº, Praça do Pedágio, CEP 20.745-150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.974.211/0001-25, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE nº 3.330.016.238-1, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Lamsa"); e

(f) **LINEA AMARILLA BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado devidamente organizada e existente sob as leis do Brasil, com sede na cidade do Rio de



Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso 52, cj. 3001 (parte), registrada no CNPJ/MF sob o nº 11.395.604/0001-09, neste ato representada de acordo com seu estatuto social (a "LAMBRA"),

CONSIDERANDO QUE:

- I. foi celebrado, em 15 de outubro de 2013, o Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças, por meio do qual, dentre outras finalidades, a totalidade das ações de emissão da Lamsa e de titularidade da Invepar foram empenhadas em benefício dos Debenturistas ("Contrato");
- II. em [--] a Lamsa emitiu e a Invepar subscreveu [--] ([--]) novas ações da Lamsa ("Ações Adicionais");
- III. as Partes desejam formalizar a constituição de um direito de garantia sobre tais Ações Adicionais, nos termos e condições aplicáveis às Ações Empenhadas Lamsa, conforme disposto no Contrato.

ISTO POSTO, têm as Partes entre si, certo e ajustado, celebrar o presente Aditamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

1.1. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Aditamento são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos no Contrato. Todos os termos no singular definidos neste Aditamento deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa. As expressões "deste instrumento", "neste instrumento" e "conforme previsto neste instrumento" e palavras da mesma importância quando empregadas neste Aditamento, a não ser que de outra forma exigido pelo contexto, referem-se a este Aditamento como um todo e não a uma disposição específica deste Aditamento, e referências à cláusula, sub-cláusula, itens, adendo e anexo estão relacionadas a este Aditamento a não ser que de outra forma especificado. Todos os termos definidos neste Aditamento terão as definições a eles atribuídas neste instrumento quando utilizados em qualquer certificado ou documento celebrado ou formalizado de acordo com os termos aqui previstos.

1.2. Salvo qualquer outra disposição em contrário prevista neste Aditamento, todos os termos e condições do Contrato aplicam-se total e automaticamente a este Aditamento, *mutatis mutandis*, e deverão ser consideradas como uma parte integral deste, como se estivessem transcritos neste Aditamento.

2. GARANTIA REAL E DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Na forma do disposto no Contrato (conforme aditado, alterado e modificado de tempos em tempos, inclusive por meio deste Aditamento), a Invepar, (1) nos termos (i) dos artigos 1.431 e seguintes, 1.451 e seguintes, do Código Civil, (ii) do artigo 39, do artigo 100, inciso I, alínea "f", e do artigo 113, da Lei das Sociedades por Ações, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a partir desta data e até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, empenha em primeiro grau em garantia aos Debenturistas da Terceira Emissão, nesse ato representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, todas as Ações Adicionais listadas no Anexo A ao presente, (2) nos termos (i) do artigo 40, da Lei das Sociedades por Ações, (ii) do artigo 66-B, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e (iii) dos artigos 1.361 e seguintes, do Código Civil, no que for aplicável,



cede fiduciariamente, de forma irrevogável e irretroatável, em favor dos Debenturistas da Terceira Emissão representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, em favor do FIP e em favor dos Debenturistas da Quarta Emissão representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, os direitos creditórios decorrentes das Ações Adicionais (“Rendimentos das Ações Adicionais”), ficando entendido que todos os direitos e obrigações das partes sob o Contrato devem ser aplicados, *mutatis mutandis*, a este Aditamento e Ações Adicionais e os Rendimentos das Ações Adicionais passam a ser considerados, para todos os propósitos e fins do Contrato como Bens Objeto da Garantia Real.

2.2. A Invepar e a Lamsa afirmam que suas obrigações, declarações e garantias constantes do Contrato se aplicam, *mutatis mutandis*, a este Aditamento e permanecem válidas e eficazes nesta data.

2.3. Todas as disposições do Contrato que não foram expressamente aditadas ou modificadas por meio do presente Aditamento permanecerão em vigor de acordo com os termos do Contrato.

2.4. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura deste Aditamento, a Invepar deverá às suas custas e exclusivas expensas, levar a registro este Aditamento nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das circunscrições das sedes de todas as Partes, devendo fornecer 1 (uma) via física registrada ao Agente Fiduciário da Terceira Emissão, 1 (uma) via física registrada ao Agente Fiduciário da Quarta Emissão e 1 (uma) via física registrada ao FIP, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a obtenção dos respectivos registros, além de manter arquivada uma cópia deste Aditamento.

2.5. Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Aditamento, fica desde já eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

E por assim estarem justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento em 4 (quatro) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[Páginas de Assinatura]



**ANEXO IV
NOTIFICAÇÃO**

[Local e data]

À
[--]

Com Cópia para

Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar
CEP 20.050-005, Rio de Janeiro, RJ
At: Srs(as). [--]

E para

**MUBADALA CAPITAL IAV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
MULTISETORIAL**

Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar
CEP 01.451-011, São Paulo, SP
At: Srs(as). [--]

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca
Cep 22.640-102, Rio de Janeiro – RJ
At: Nathalia Machado Loureiro / Marco Aurélio Ferreira / Marcelle Santoro

Ref.: Cessão Fiduciária de Dividendos

Prezados Senhores,

Comunicamos a V. Sas. que, o Instrumento Particular de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Conta e Outras Avenças, datado de 15 de outubro de 2015 (“Contrato”), celebrado entre a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (“Invepar”), Linha Amarela S.A. – Lamsa, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário da terceira emissão (“Agente Fiduciário da Terceira Emissão”), foi aditado em [] de [] de 2017, de forma a incluir a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da quarta emissão (“Agente Fiduciário da Quarta Emissão”) e o Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multisetorial (“FIP”) e a (“Agente Fiduciário da Quarta Emissão”), de forma que cedemos fiduciariamente (i) ao FIP; (ii) aos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública, da 3ª emissão da Invepar, representados pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão; e (iii) aos titulares das debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública, da 4ª emissão da Invepar, representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, a totalidade dos dividendos, rendimentos, bonificações, direitos pecuniários, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores a serem recebidos ou de qualquer outra forma a serem distribuídos ou atribuíveis a nós (“Dividendos”), na qualidade de acionista da [inserir nome da concessionária].



Desta forma, a partir desta data, todos os Dividendos devidos a nós por V. Sas., em razão do referido Contrato deverão ser pagos exclusivamente na conta corrente de titularidade da Invepar mantida junto à agência 2373-6, conta corrente nº 3532-7 do Banco Bradesco S.A. Notem que pagamentos realizados de forma distinta serão considerados ineficazes para fins de quitação.

A presente determinação não poderá ser revogada ou modificada por nós. A partir da data desta notificação, V.Sas. deverão seguir as instruções do Agente Fiduciário da Terceira Emissão, do FIP e do Agente Fiduciário da Quarta Emissão, em relação a quaisquer assuntos concernentes aos Dividendos, nos termos do § 4º, do artigo 66-B, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, combinado com o artigo 19, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997. A presente notificação somente deixará de produzir seus efeitos quando o Agente Fiduciário da Terceira Emissão, o FIP e o Agente Fiduciário da Quarta Emissão emitirem o termo de liberação de garantia ou quando as obrigações decorrentes das Debêntures da Terceira Emissão, do Contrato de Compra e Venda de Debêntures, do Contrato de Troca de Risco e das Debêntures da Quarta Emissão forem quitadas, conforme venha a ser evidenciado por termo de liberação assinado pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão, pelo FIP e pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, nos termos do Contrato.

Pedimos, gentilmente, que acuse recebimento e manifeste sua concordância com os termos desta notificação, devolvendo-nos uma via desta notificação, assinada por seus representantes no campo “De Acordo” abaixo.

Atenciosamente,

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR

De acordo:

[Concessionária]



ANEXO V
MODELO DE PROCURAÇÃO – TERCEIRA EMISSÃO

Pelo presente instrumento de mandato,

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR, sociedade por ações, com registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP 20031-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.758.318/0001-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Invepar” ou “Outorgante”);

neste ato nomeia e constitui como seu bastante procurador,

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, CEP 20.050-005, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.227.994/0001-50 ou qualquer outro que venha a sucedê-lo ou substituí-lo na qualidade de agente fiduciário (“Agente Fiduciário”), que comparece na qualidade de representante dos Debenturistas da Invepar, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime Misto de Colocação, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR.” (“Escritura de Emissão”), a quem confere amplos e específicos poderes para, agindo em seu nome, praticar todos os atos e operações, de qualquer natureza, necessários ou convenientes ao exercício dos direitos previstos no “Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Conta e Outras Avenças”, datado de 15 de outubro de 2015, celebrado entre a Invepar, o Outorgado e outras partes lá previstas (conforme alterado, modificado, complementado de tempos em tempos e em vigor, o “Contrato”), após a declaração do vencimento antecipado das Debêntures:

- (a) vender, ceder, alienar, dispor e transferir os Bens Objeto da Garantia Real, no todo ou em parte, inclusive realizar venda amigável prevista no inciso IV, do artigo 1.433, do Código Civil;
- (b) receber quaisquer Rendimentos das Ações e os recursos provenientes da venda, cessão ou transferência dos Bens Objeto da Garantia Real, aplicando-os no pagamento das Obrigações Garantidas Debêntures e das despesas e dos Tributos incorridos em virtude do exercício dos direitos dos Debenturistas e devolvendo à Invepar o que eventualmente sobejar;
- (c) firmar os respectivos contratos de alienação, termos de transferência e quaisquer outros documentos e instrumentos, que possam ser necessários para o fim de formalizar a venda, alienação, cessão ou transferência, de forma privada ou amigável ou por qualquer outro meio, dos Bens Objeto da Garantia Real, no todo ou em parte, a terceiros, transferindo titularidade, outorgando e recebendo as respectivas quitações e firmando recibos;
- (d) cobrar e executar qualquer dos Bens Objeto da Garantia Real, podendo para tanto tomar todas e quaisquer medidas, inclusive judicialmente por meio de procuradores nomeados com os poderes da cláusula *ad judicium*, receber e reter valores, firmar documentos, notificações e instrumentos, transferir posse e domínio, dar e receber quitação, aditar, novar, modificar, rescindir, prorrogar, renovar, renunciar, transigir, conceder, admitir,



efetuar registros, constituir em mora, endossar, entregar, protestar e, por qualquer forma, formalizar quaisquer direitos, cobrando documentos ou instrumentos, e nomear procuradores para a tomada de quaisquer medidas judiciais ou administrativas, perante qualquer autoridade ou instância, nos termos em que os Debenturistas venham a julgar apropriados para a consecução do objeto do Contrato;

- (e) requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para efetuar a execução, excussão, venda pública ou privada ou a transferência dos Bens Objeto da Garantia Real a terceiros, bem como representar a Invepar na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, cartórios de registro de títulos e documentos, cartórios de protesto, instituições bancárias, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil, e de quaisquer outras agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou ainda quaisquer outros terceiros;
- (f) celebrar os respectivos contratos de venda e quaisquer outros documentos que possam ser necessários para o fim de formalizar a transferência dos Bens Objeto da Garantia Real, no todo ou em parte, a quaisquer terceiros, inclusive, sem qualquer limitação, Termo de Transferência no Livro de Transferência e/ou Registro de Ações Nominativas da Lamsa, transferindo posse e domínio, dando e recebendo quitações;
- (g) independentemente da ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na Escritura de Emissão, exercer todos os atos necessários à defesa, conservação e cobrança dos Bens Objeto da Garantia Real;

O Outorgado ora nomeado procurador da Invepar em caráter irrevogável e irretratável, de acordo com os termos do artigo 684 do Código Civil.

Esta procuração será válida enquanto não forem pagas todas as Obrigações Garantidas Debêntures.

Os termos iniciados com letra maiúscula utilizados, mas não definidos, nesta procuração, deverão ser interpretados de acordo com os significados a eles atribuídos nos termos do Contrato.

O presente instrumento deverá ser regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

A presente procuração é outorgada, em 1 (uma) via, aos [--] de [--] de [--], na Cidade do Rio de Janeiro-RJ.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR



ANEXO VI
MODELO DE PROCURAÇÃO – FIP

Pelo presente instrumento de mandato,

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR, sociedade por ações, com registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP 20031-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.758.318/0001-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Invepar” ou “Outorgante”);

neste ato nomeia e constitui como seu bastante procurador,

MUBADALA CAPITAL IAV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISSETORIAL, um fundo de investimento em participações devidamente organizado e existente sob as leis do Brasil, registrado no CNPJ/MF sob o nº 25.167.377/0001-60, administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, registrado no CNPJ/MF sob o nº 23.025.053/0001-62, neste ato representada de acordo com seu contrato social (“FIP” e, em conjunto com o Agente Fiduciário, os “Outorgantes”), a quem confere amplos e específicos poderes para, agindo em seu nome, praticar todos os atos e operações, de qualquer natureza, necessários ou convenientes ao exercício dos direitos previstos no Contrato de Compra e Venda de Debêntures com Opção de Revenda celebrado entre o FIP, a LAMBRA e a Invepar em [data] de 2017 (conforme aditado de tempos em tempos, e em conjunto com seus respectivos anexos e demais Documentos da Operação nele definidos, o “Contrato de Compra e Venda de Debêntures”) e no “Contrato de Troca de Risco”, celebrado entre a Invepar e o FIP em [data] (“Contrato de Troca de Risco”), e no inadimplemento pecuniário de obrigação pecuniária prevista no Contrato de Compra e Venda de Debêntures e no Contrato de Troca de Risco, não sanado nos respectivos prazos de cura neles previstos, conforme aplicável:

- (a) vender, ceder, alienar, dispor e transferir os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, inclusive realizar venda amigável prevista no inciso IV, do artigo 1.433, do Código Civil;
- (b) receber quaisquer Rendimentos das Ações e os recursos provenientes da venda, cessão ou transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, aplicando-os no pagamento das Obrigações Garantidas Contrato, das Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco e das despesas e dos Tributos incorridos em virtude do exercício dos direitos do FIP e devolvendo à Invepar o que eventualmente sobejar;
- (c) firmar os respectivos contratos de alienação, termos de transferência e quaisquer outros documentos e instrumentos, que possam ser necessários para o fim de formalizar a venda, alienação, cessão ou transferência, de forma privada ou amigável ou por qualquer outro meio, dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, a terceiros, transferindo titularidade, outorgando e recebendo as respectivas quitações e firmando recibos;
- (d) cobrar e excutir qualquer dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, podendo para tanto tomar todas e quaisquer medidas, inclusive judicialmente por meio de procuradores nomeados com os poderes da cláusula *ad judicia*, receber e reter valores, firmar documentos, notificações e instrumentos, transferir posse e domínio, dar e receber quitação,



aditar, novar, modificar, rescindir, prorrogar, renovar, renunciar, transigir, conceder, admitir, efetuar registros, constituir em mora, endossar, entregar, protestar e, por qualquer forma, formalizar quaisquer direitos, cobrando documentos ou instrumentos, e nomear procuradores para a tomada de quaisquer medidas judiciais ou administrativas, perante qualquer autoridade ou instância, nos termos em que o FIP venha a julgar apropriados para a consecução do objeto do Contrato;

- (e) requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para efetuar a execução, excussão, venda pública ou privada ou a transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente a terceiros, bem como representar a Invepar na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, cartórios de registro de títulos e documentos, cartórios de protesto, instituições bancárias, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil, e de quaisquer outras agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou ainda quaisquer outros terceiros;
- (f) celebrar os respectivos contratos de venda e quaisquer outros documentos que possam ser necessários para o fim de formalizar a transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, a quaisquer terceiros, inclusive, sem qualquer limitação, transferindo posse e domínio, dando e recebendo quitações ; e
- (g) independentemente da ocorrência de um inadimplemento pecuniário, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Debêntures ou no Contrato de Troca de Risco, exercer todos os atos necessários à defesa, conservação e cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

O Outorgado é ora nomeado procurador da Invepar em caráter irrevogável e irretratável, de acordo com os termos do artigo 684 do Código Civil.

Esta procuração será válida enquanto não forem pagas todas as Obrigações Garantidas Contrato e Obrigações Garantidas Contrato de Troca de Risco.

Os termos iniciados com letra maiúscula utilizados, mas não definidos, nesta procuração, deverão ser interpretados de acordo com os significados a eles atribuídos nos termos do Contrato.

O presente instrumento deverá ser regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

A presente procuração é outorgada, em 1 (uma) via, aos [--] de [--] de [--], na Cidade do Rio de Janeiro-RJ.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR



ANEXO VII
MODELO DE PROCURAÇÃO –QUARTA EMISSÃO

Pelo presente instrumento de mandato,

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR, sociedade por ações, com registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP 20031-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.758.318/0001-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Invepar” ou “Outorgante”);

neste ato nomeia e constitui como seu bastante procurador,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38 ou qualquer outro que venha a sucedê-lo ou substituí-lo na qualidade de agente fiduciário (“Agente Fiduciário da Quarta Emissão”), que comparece na qualidade de representante dos Debenturistas da Invepar, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR.” (“Debêntures da Quarta Emissão” e “Escritura da Quarta Emissão”, respectivamente), a quem confere amplos e específicos poderes para, agindo em seu nome, praticar todos os atos e operações, de qualquer natureza, necessários ou convenientes ao exercício dos direitos previstos no “Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Conta e Outras Avenças”, datado de 15 de outubro de 2015, e posteriormente aditado para inclusão do Outorgado e outras partes lá previstas (conforme alterado, modificado, complementado de tempos em tempos e em vigor, o “Contrato”), após a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Quarta Emissão ou do vencimento final das Debêntures da Quarta Emissão sem que os valores devidos tenham sido quitados, exceto pelo item (g) abaixo:

- (a) vender, ceder, alienar, dispor e transferir os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, inclusive realizar venda amigável prevista no inciso IV, do artigo 1.433, do Código Civil;
- (b) receber quaisquer Rendimentos das Ações e os recursos provenientes da venda, cessão ou transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, aplicando-os no pagamento das Obrigações Garantidas Debêntures da 4ª Emissão e das despesas e dos Tributos incorridos em virtude do exercício dos direitos dos Debenturistas da Quarta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão e devolvendo à Invepar o que eventualmente sobejar;
- (c) firmar os respectivos contratos de alienação, termos de transferência e quaisquer outros documentos e instrumentos, que possam ser necessários para o fim de formalizar a venda, alienação, cessão ou transferência, de forma privada ou amigável ou por qualquer outro meio, dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, a terceiros, transferindo titularidade, outorgando e recebendo as respectivas quitações e firmando recibos;



- (d) cobrar e executar qualquer dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, podendo para tanto tomar todas e quaisquer medidas, inclusive judicialmente por meio da contratação de escritório, receber e reter valores, firmar documentos, notificações e instrumentos, transferir posse e domínio, dar e receber quitação, aditar, novar, modificar, rescindir, prorrogar, renovar, renunciar, transigir, conceder, admitir, efetuar registros, constituir em mora, endossar, entregar, protestar e, por qualquer forma, formalizar quaisquer direitos, cobrando documentos ou instrumentos, e nomear procuradores para a tomada de quaisquer medidas judiciais ou administrativas, perante qualquer autoridade ou instância, nos termos em que os Debenturistas da Quarta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da Quarta Emissão, venham a julgar apropriados para a consecução do objeto do Contrato;
- (e) requerer todas e quaisquer aprovações prévias ou consentimentos que possam ser necessários para efetuar a execução, excussão, venda pública ou privada ou a transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente a terceiros, bem como representar a Invepar na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, cartórios de registro de títulos e documentos, cartórios de protesto, instituições bancárias, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil, e de quaisquer outras agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, ou ainda quaisquer outros terceiros;
- (f) celebrar os respectivos contratos de venda e quaisquer outros documentos que possam ser necessários para o fim de formalizar a transferência dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, a quaisquer terceiros, inclusive, sem qualquer limitação, transferindo posse e domínio, dando e recebendo quitações; e
- (g) independentemente da ocorrência de um inadimplemento pecuniário, nos termos do Escritura da Quarta Emissão, exercer todos os atos necessários à defesa, conservação e cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

O Outorgado ora nomeado procurador da Invepar em caráter irrevogável e irretratável, de acordo com os termos do artigo 684 do Código Civil.

Esta procuração será válida enquanto não forem pagas todas as Obrigações Garantidas Debêntures da Quarta Emissão.

Os termos iniciados com letra maiúscula utilizados, mas não definidos, nesta procuração, deverão ser interpretados de acordo com os significados a eles atribuídos nos termos do Contrato.

O presente instrumento deverá ser regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

A presente procuração é outorgada, em 1 (uma) via, aos [--] de [--] de [--], na Cidade do Rio de Janeiro-RJ.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR

